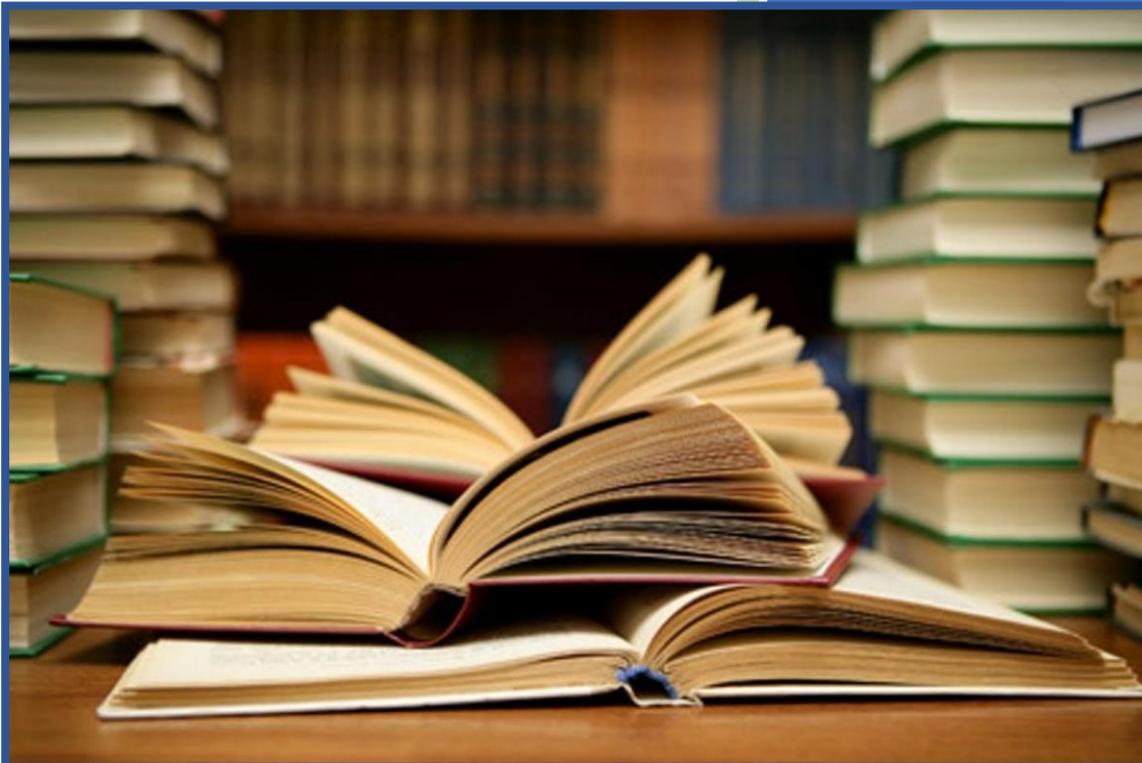


EAD

Educação à Distância

Teologia Sistemática II



Módulo 31





Seminário Teológico Batista Independente do Sul- STBISUL

EAD Educação à Distância

Apostila: Teologia Sistemática II

MIRANDA, Claudio

Revisão: Cleo Harison Bloch, Silvana Soares Knispel Bloch e Geovani Dourado Guimarães.

EAD – Educação à Distância

Versão 1.0 / 2019

Pedidos p/ **STBISUL**

Fone (51) 3033-4141

Rua Pedro Lerbach 741 – Centro

93.265-030 Esteio/RS

SUMÁRIO

PARTE 1

SOTERIOLOGIA.....	3
1.1 Considerações preliminares.....	3
1.2 Graça	4
1.2.1 O que é Graça.....	6
1.2.2 Descrições Teológicas das operações da Graça.....	7
1.2.3 Considerações sobre a Graça no pensamento de Jacó Arminio.....	8
1.2.4 A Graça na ordem da Salvação.....	8
1.2.5 Graça de Deus.....	9
1.2.6 A Universalidade da Graça de Deus.....	9
1.2.7 Graça e Livre-arbítrio.....	10
1.2.8 Graça Previniente.....	10
1.2.9 Graça Resistível.....	12
1.3 Eleição e reprovação.....	16
1.3.1 Calvinismo.....	17
1.3.2 Arminianismo.....	18
1.3.3 Quanto à reprovação.....	20
1.4 O chamado eficaz.....	21
1.5 A conversão.....	22
1.5.1 O arrependimento.....	23
1.5.2 A fé.....	23
1.6 A regeneração.....	23
1.7 A justificação.....	24
1.8 A adoção.....	26
1.9 A santificação.....	27
1.10 A perseverança.....	28
1.10.1 Calvinistas.....	29
1.10.2 Arminianos.....	29
1.10.3 Algumas considerações.....	31
1.11 A Glorificação.....	32

PARTE 2

PNEUMATOLOGIA.....	33
2.1 A divindade do Espírito Santo.....	35
2.1 A personalidade do Espírito Santo.....	36
2.3 A obra do Espírito Santo.....	37
2.3.1 A obra do Espírito Santo no Antigo Testamento.....	37
2.3.2 A obra do Espírito Santo na vida de Jesus.....	38
2.3.3 A obra do Espírito Santo na vida do cristão.....	38
2.4 Os dons do Espírito Santo.....	39
2.5 O batismo no Espírito Santo.....	41
2.5.1 O significado de “batismo no Espírito Santo”.....	42
2.6 A blasfêmia contra o Espírito Santo ou o pecado imperdoável.....	44

REFERÊNCIAS.....	46
------------------	----

PARTE 1

SOTERIOLOGIA

1.1 Considerações preliminares

Soteriologia é o termo criado pela teologia, no século XIX, para referir-se à doutrina da salvação. O termo é formado por duas palavras gregas: soter - salvação; e lógos - tratado ou estudo. Significa, portanto, o tratado ou estudo da salvação. Assim, passou a representar a parte da teologia que estuda a salvação do pecador, a restauração de sua condição ao favor divino, bem como a consequente comunhão deste com Deus.

Este é um dos mais importantes tratados da teologia. De certa forma, a soteriologia tem sido uma das reflexões mais produtivas entre os estudiosos das Escrituras. É certo, também, que aqui residem as convergências e as divergências entre os cristãos. No entanto, tais divergências não geraram apenas várias escolas de pensamento, mas também uma maior clarificação nos diferentes pontos de vista, o que contribuiu, e em muito, com o aprofundamento da doutrina.

O estudo da soteriologia tem sido dividido em duas partes: a soteriologia objetiva, que trata da obra redentora de Cristo, aquilo que historicamente foi realizado e colocado a disposição do pecador como uma possibilidade para o indivíduo; a soteriologia subjetiva, que aborda a aplicação da obra redentora de Cristo pelo Espírito Santo no indivíduo, concretizando aquilo que foi historicamente realizado por Cristo na vida do pecador. Muito embora haja uma proximidade entre a soteriologia e a cristologia, uma não deve ser confundida com a outra. Enquanto a primeira estuda sobre a obra salvadora de Cristo, a segunda estuda sobre a pessoa de Cristo.

Como disciplina teológica, a soteriologia estuda sobre temas como o propósito de Deus para salvar; a aplicação da redenção mediante a operação do Espírito Santo; as operações da graça divina e o destino final dos salvos.

Estudaremos a soteriologia tendo alguns pressupostos, que podem ser enumerados como segue:

- O governo soberano de Deus. Isto significa que Deus como criador, governador e salvador é a fonte de todas as provisões da salvação.
- O homem é responsável perante o criador, e é capaz para o bem e para o mal, para o gozo e o sofrimento.

- A queda do homem trouxe consigo a condenação e a sentença à morte, o pecado original e a corrupção de sua natureza tornando-o incapaz de se auto salvar.

Uma das questões que se levanta é a relação da salvação com o tempo. Tem sido proposto algo que ficou conhecido como “os três tempos da salvação”. Há os que pensam na salvação como um ato único e completo. Estes costumam dizer: “fomos salvos”; pensamento diverso é sustentado por aqueles que pensam na salvação como um processo contínuo, os quais costumam dizer: “estamos sendo salvos”. Há ainda aqueles que veem a salvação como algo a se realizar no futuro, os quais afirmam: “seremos salvos”. No entanto, a questão não precisa ser colocada de forma excludente, pois há razões suficientes para se pensar na salvação como um processo em três tempos: passado presente e futuro. Neste caso, deveríamos falar: fomos salvos, estamos sendo salvos e seremos salvos, pois, estes diferentes aspectos correspondem à justificação, à santificação e à glorificação, e são partes de um mesmo e único processo de salvação sendo realizado em nós.

1.2 Graça

Com a queda, o homem perdeu o benefício do relacionamento especial com Deus. As exigências da justiça divina não permitiram que o homem continuasse no gozo dos mesmos privilégios de antes da queda. No entanto, todas as coisas existem em Deus, e dele dependem. Para que o universo continuasse funcionando, fazia-se necessário que Deus continuasse a dispensar sua graça e seu favor. A questão é: como pode Deus continuar a dar bênçãos a pecadores que (só) merecem unicamente a morte?

Ele o fará através da outorga da graça comum. Quando dizemos “Graça Comum”, estamos falando da graça de Deus pela qual ele dá às pessoas bênçãos incontáveis, mas que, no entanto, não fazem parte da salvação. Naturalmente, ela é comum somente no sentido de que é universal, e não no de sua qualidade. Sendo graça de Deus, necessariamente carrega sua qualidade e excelência. É comum no sentido de que contempla não somente aqueles que serão salvos, mas a todos. Chamamo-la graça comum somente para fazer distinção do que chamamos de “Graça Salvífica”. A graça comum é diferente da graça salvífica apenas nos resultados que produz: ela não conduz à salvação; e em seus recebedores: ela é dada a todos, e não somente aos que são salvos. Em sua origem ambas procedem de Deus.

A graça comum torna-se visível no fato de que todas as pessoas desfrutam dos mesmos benefícios na existência humana. Não há diferença física entre salvos e não salvos; ambos podem desfrutar da abundância e diversidade de alimentos, abrigo e recursos materiais, pois “Vosso Pai

celeste... faz nascer o seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos” (Mt 5.44-45). Textos bíblicos poderiam ser multiplicados, mas não será necessário. Apenas lembramos a beleza gratuita da própria natureza: ela é uma manifestação da graça comum de Deus.

Uma manifestação da graça comum pode ser vista na capacidade intelectual dos seres humanos. Embora a condição atual do homem seja de depravação, ele é abençoado com capacidades excepcionais. Embora Deus não conceda sua salvação indistintamente, à parte da conversão do homem, ele atua no sentido de iluminá-lo para o que é bom e útil na natureza. As próprias revelações de Deus (como as Escrituras e o próprio Cristo) contribuíram para trazer um aumento de consciência de certo e errado a todos os homens, ainda que nem todos cheguem à salvação. Também a ciência e o desenvolvimento tecnológico são uma capacitação intelectual concedida por Deus aos homens.

Talvez seja importante mencionar que a própria noção de certo e errado, instalado no ser do homem, fruto do que chamamos de revelação geral, é um importante manifestar da graça de Deus. O homem, conquanto viva num mundo caído, habitado por forças malignas, mostra “a norma da lei gravada no seu coração, testemunhando-lhes também a consciência e os pensamentos, mutuamente acusando-se ou defendendo-se”, Rm 2.14-15.

Apesar da importância da graça comum, é preciso dizer que ela não salva as pessoas, pois (ela) não conduz ao arrependimento e à fé. É verdade que ela pode servir como uma preparação, inclinando as pessoas para a aceitação do Evangelho, mas não necessariamente. Como veremos, a salvação é um processo em que outras operações estão em jogo, e delas depende. No entanto, sua manifestação demonstra a bondade e misericórdia de Deus para com todos; fala da justiça de Deus e demonstra a sua glória. Além disso, a graça comum é um apelo a que amemos todas as pessoas pelo fato de que são amadas por Deus; e, que sejamos cautelosos em rejeitar as boas coisas, mesmo aquelas que procedem de incrédulos, como se fossem más em si mesmas. Elas não o são: “Toda boa dádiva, todo dom perfeito vem do alto...”, Tg 1.17.

Na sequência queremos nos aprofundar um pouco mais em alguns detalhes da graça, entendemos que abordar esse assunto é um desafio, mas precisamos avançar mesmo com as dificuldades decorrentes de um assunto com diversas linhas de interpretação.

1.2.1 O que é graça?

A graça é um conceito peculiar, claramente demonstrado pelas palavras bíblicas *hesed*, *hen* e *charis*, seus sentidos demonstram a existência de um Deus gracioso o que é próprio da fé judaico-cristã. Tais palavras também são aplicadas na perspectiva do homem para com o homem, segue abaixo a descrição de cada uma dessas palavras:

HESED: usada no Antigo Testamento cerca de 240 vezes, traduzida na maioria das vezes por misericórdia e em alguns casos como bondade. *Hesed* é a raiz mais próxima de dom gratuito e favor imerecido.

- **Termo relacionado ao homem:** na perspectiva do homem essa palavra é usada para destacar uma relação que eticamente vincula parentes, hospedes, aliados, amigos e governantes. Um exemplo de *Hesed* na perspectiva do homem podemos encontrar em 2 Samuel 9:7, referindo a relação de Davi com Mefibosete, o texto diz:
“E disse-lhe Davi: Não temas, porque decerto usarei contigo de benevolência por amor de Jônatas, teu pai, e te restituirei todas as terras de Saul, teu pai, e tu sempre comerás pão à minha mesa.”
- **Termo relacionado a Deus:** é uma palavra que implica em amor, é um tipo de amor que inclui misericórdia quando o objeto está em uma condição lastimável. O texto onde mais se compreende esse significado é no Salmos 136.

HEN: usada no sentido da ação de um superior em favor de um inferior, detona o mais forte que vem ao socorro do mais fraco.

- **Em relação ao homem:** é um favor sem mérito, caracterizado pela expressão popular “achar graça aos olhos de alguém”. Ex: José para com Potifar, Rute para com Boas, Davi para Saul e Jonatas.
- **Em relação a Deus:** a proteção e o auxílio de Deus aos mais fracos, a manifestação de seus atos benevolentes. Ex: A proteção de Deus a José, enquanto esse estava cativo. Gn 39:2.

CHARIS: Ela aparece 170 vezes no Novo Testamento, ela é a tradução grega para a palavra “*hen*”, utilizada no sentido especialmente como referência ao favor divino. Esse favor divino, em seu caráter salvífico, é recebido, ou não, mediante a fé.

1.2.2 Descrições teológicas das operações da graça

Vale ressaltar que não há uma fragmentação de graça, mas sim de uma graça com seus diversos modos de operação segundo certas linhas teológicas, sendo que algumas não possuem uma base bíblica sólida.

Graça atual: atua capacitando a pessoa a evitar o pecado ou a realizar um ato a direção a sua salvação (pertence ao contexto teológico católico romano)

Graça habitual: opera para santificar a pessoa, já que sem a ação divina ninguém pode ser tornar santo.

Graça irresistível: doutrina calvinista segundo a qual os predestinados para a vida eterna acabarão por ceder, mais cedo ou mais tarde, aos reclamos da graça de Deus. Os Arminianos Clássicos têm a graça irresistível em dois momentos.

- A) a graça Preveniente não pode ser resistida no sentido que ninguém pode evitar ser alvo dela.
- B) uma vez impactado pela graça o homem tem o seu livre arbítrio liberto, para receber ou não (resistir ou não) a Cristo.

Graça Geral: doutrina que diz que a graça de Deus é tão poderosa que pode capacitar todos os homens, de todos os lugares, em todos os tempos, a reagirem favoravelmente ao evangelho contando que a vontade deles concorde com isso.

Graça preveniente: segundo o arminianismo clássico a graça preveniente é uma graça preparatória para outras manifestações da graça, é ainda a única e eficiente causa de todo o bem espiritual e habilita o homem a crer e se arrepender.

Graça santificadora: é graça de Deus operando na alma humana afim de transformá-la metafisicamente a imagem de Cristo. Essa operação da graça cria hábitos e novas atitudes na vida do crente.

Graça comum: abordamos essa questão anteriormente, ela é estendida a todos os homens. Andrade a descreve da seguinte forma, “favores administrados por Deus a toda a raça humana, visando a preservação da vida na terra.

Graça evanescente: uma graça temporária derramada sobre o não eleito a tal ponto que este é dotado de uma fé semelhante a fé do eleito chegando ao

ponto de praticamente não existir diferença entre eles. Esse conceito é abordado dentro do calvinismo para tentar explicar a questão da apostasia e é problemático, pois em palavras simples pode ser explicado como o sentimento que o homem tem em relação a certeza de sua salvação, que para o sistema calvinista não fica claro, pois pode ser que o individuo tenha sido alcançado pela graça irresistível, ou apenas a graça evanescente. Neste caso, na visão calvinista, alguém pode viver uma vida de piedade, ser um pastor, missionário, e ter uma vida de busca a Deus, mas ser um réprobro (reprovado, não eleito).

Essas são algumas das diversas descrições sobre a operacionalidade da graça.

1.2.3 Considerações sobre a graça no pensamento de Jacó Arminio

Pode-se notar, que a doutrina da graça possui extrema importância no pensamento teológico de Jacó Armínio, por isso recebe em suas obras um lugar de destaque.

Sentimentos de Armínio sobre a graça:

A graça é uma pessoa.
A salvação é pela graça e não pelas obras.
A graça restaura o livre-arbítrio
Em todo o processo da redenção do homem, ele nada pode fazer sem a graça de Deus.
Armínio atribui à graça o começo, a continuação e a consumação de todo o bem.
A graça começa a salvação, aperfeiçoa e a consuma.
A graça é absolutamente necessária para iluminar a mente.
A graça infunde bons pensamentos

Quadro elaborado por Zwinglio Rodrigues: RODRIGUES, 2016, pag. 39.

Os críticos de Armínio o acusam de negar o poder salvífico da graça, porém é errônea tal afirmação. Vejamos o que Armínio pensava a respeito da graça.

1.2.4 A graça na ordem de salvação

Para Arminio, o amor a bondade e a graça são atributos que estão sob a vontade de Deus.

Rodrigues ao citar Armínio diz: que o amor é um afeto de união em Deus, do qual o homem também é objeto desse amor, esse amor é unido com a bondade de Deus, pela qual Ele transmite o seu bem ao homem.

Ditas essas coisas, Arminio revela seu pensamento sobre o papel da graça na salvação da seguinte forma:

A graça é uma auxiliar da bondade e do amor, pela qual se indica que Deus é levado a transmitir o seu próprio bem e a amar as criaturas, não por mérito ou dívida, não por alguma causa externa, nem por alguma coisa que pudesse ser acrescentada ao próprio Deus, mas para que fosse bom aquela a quem o bem é concedido e que é amado [...](RODRIGUES, 2016, p. 41).

Não existe nada que motive Deus a oferecer seu amor e bondade, esses nos são oferecidos não por mérito, mas pela maravilhosa graça divina.

1.2.5 Graça de Deus

A graça é um amor que Deus nós oferece de forma totalmente gratuita, esse amor vem em nossa direção e nos oferece tudo o que ele possui, esse amor justificou os nossos pecados em Cristo Jesus e por causa dessa justificação ele nós adotou como filhos. Rodrigues cita o que Arminio disse em sua Declaração e Sentimento:

É uma afeição gratuita pela qual Deus, tocado pelo amor, vai em direção a um pecador miserável e, em primeiro lugar, dá o seu filho, “para que aquele que crê... tenha a vida eterna” e, depois, ele justifica em Cristo Jesus e por causa dele, o adota, concedendo-lhe direito dos filhos, para a salvação. (RODRIGUES, 2016, p. 42)

Armínio entende a graça como universal em seu alcance, ou seja, Deus deseja salvar a todos, porém essa graça não é universalmente aplicada, pois apenas as pessoas que atenderem ao chamado (não resistirem), serão salvas.

1.2.6 A universalidade da graça de Deus

A linha contrária ao arminianismo interpreta como se a morte de Cristo fosse para um grupo seleto de pessoas, ou seja, a graça não é para todos. Na visão de Arminio essa interpretação desconsidera todas as referências bíblicas que assinalam que Cristo morreu por todos. 1 João 2:2 nos diz que: “e ele (Jesus Cristo) é a propiciação pelos nossos pecados e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro” (ênfase do grupo). A respeito dessas escrituras Arminio diz:

Portanto, aquele que fala assim, fala de acordo com as escrituras; ao passo que aquele que rejeita essa fraseologia é um homem ousado, que julga as escrituras e não as interpreta. Mas aquele que explica essas passagens conforme a analogia da fé cumpre o dever de um bom interprete e profeta [ou pregador] na igreja de Deus. (RODRIGUES, 2016, p. 43)

Em seu livro *Teologia Sistemática vol. 02*, o autor Norman Geiler diz que a vida de Cristo foi tão excelente e sem manchas que seu sacrifício proporciona a satisfação dos pecados do mundo inteiro e infinitamente mais.

De tal forma, a graça tem seu alcance ilimitado, ou seja, todos os seres humanos são alcançados por ela, porém só os que não a resistem, poderão ter a salvação aplicada em suas vidas.

1.2.7 Graça e livre-arbítrio

Arminio define livre-arbítrio da seguinte maneira:

A palavra *Arbitrium*, 'escolha' ou "livre-arbítrio", significa tanto a faculdade mental ou o entendimento pelo qual a mente pode julgar sobre qualquer coisa a ela proposta, quanto ao julgamento propriamente dito, formando pela mente de acordo com aquela faculdade. (RODRIGUES, 2016, p. 44).

O homem se encontra em um estado afastado de Deus, possui uma mente entenebrecida e um coração distante da verdade, justiça e santidade. Arminio se refere a esse estado dizendo:

O livre-arbítrio do homem para o que é bom não somente está ferido, aleijado, enfermo, distorcido e enfraquecido; ele também está aprisionado, destruído e perdido. E seus poderes não estão somente debilitados e são inúteis (a menos que seja assistido pela graça), mais está totalmente privado de poder, exceto aqueles poderes dados pela graça divina. (RODRIGUES, 2016, p. 44).

Dado o estado de destruição do livre-arbítrio, é impossível ao homem realizar qualquer bem espiritual e abraçar aquilo que é bom, santo e justo. Essa foi a necessária conclusão de Arminio. Toda a resposta do homem as exigências espirituais de Deus é obra da graça. E essa graça que age inicialmente, restaurando o livre arbítrio do homem é o que chamamos de Graça Preveniente.

1.2.8 Graça Preveniente

Esse termo, assim como outros que aparecem nesta apostila, não aparece na bíblia, mas sim, é uma categoria teológica criada para capturar o motivo central em um sistema teológico.

Graça Preveniente é uma ação de Deus para a humanidade, apesar de Adão ter pecado e ter se afastado da presença de Deus, mas Ele ainda nos convida para reconciliação.

Podemos dizer que Deus deu o primeiro passo ou teve a primeira iniciativa de reconciliar com o homem, mas o homem decide se aceita ou não. Jesus veio para todos, mas nem todos os aceitaram.

Deus nos convida para reconciliarmos com Ele. A graça de Deus nos convida, convence, capacita e coopera para uma vida gloriosa com Ele na eternidade.

A Graça Preveniente convida, corteja e busca convencer o homem caído, não por força e nem por violência, mas sim pelo amor.

A Graça Preveniente convida: no sentido de chamar os homens ao arrependimento, para estar com Cristo e desfrutar as bênçãos divinas.

“Ah! Todos vós, os que tendes sede, vinde às águas; e vós, os que não tendes dinheiro, vinde, comprai e comei; sim, vinde e comprai, sem dinheiro e sem preço, vinho e leite.” Isaías 55:1

“Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei.” Mateus 11:28

“Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo.” Mateus 25:34

Sendo assim, ninguém recebe a salvação sem que antes receba o chamado divino. A salvação não é auto convidativa, mas sim o honroso convite que Deus oferece ao homem caído.

A Graça Preveniente convence: o homem não pode convencer-se que é um pecador sem a ação da graça, somente o Espírito Santo de Deus é quem convence o homem do pecado, da justiça e do juízo.

“Quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo.” João 16:8

Archer diz que Graça Preveniente é o movimento imerecido e compassivo de Deus para a humanidade, que permite que os seres humanos respondam a chamada do Espírito para a salvação.

A Graça Preveniente capacita: ela habilita o homem para se entregar a Cristo, fortalecendo sua vontade. Pela primeira vez o homem tem a capacidade

de exercer uma boa vontade para com Deus em arrependimento e fé. Sendo o homem incapaz de buscar a Deus, devido a depravação total causada pelo pecado, somente após ser alcançado por essa ele terá seu livre-arbítrio restaurado, podendo agora escolher (resistir ou não) a graça divina.

A Graça Preveniente coopera: é uma ação conjunta, que mais tarde será tratada, com a vontade humana, sem excluir a sua responsabilidade, pois a graça jamais é imposta, ela só pode ser por Deus oferecida e pelo homem recebida ou recusada. Deus jamais impõem sua vontade, mas coopera para que o homem que assim desejar, possa desfrutar da Salvação.

Após a ação da Graça Preveniente, o homem tem as seguintes opções: recusar ou aceitar a graça divina. Esse fato nos leva a doutrina arminiana da Graça Resistível.

1.2.9 Graça Resistível

Entendemos que o processo inicial parte de Deus, ele vem até nós e restaura nosso livre-arbítrio, podendo assim o homem, que antes estava totalmente inclinado para o mal, agora escolher resistir ou não a graça de Deus.

O que é a doutrina da graça resistível?

Entende-se com graça resistível o fato de uma pessoa poder resistir a graça divina em sua operação, sendo assim, Deus não passa por cima da vontade humana, mas busca convencer o homem do pecado.

Norman Geisler nos diz o seguinte:

Diante da onibenevolência de Deus, concluímos que a graça não pode ser irresistível contra a vontade do homem, pois um Deus que é todo amor não pode forçar ninguém a agir contra a sua própria vontade. (GEISLER, 2010, p. 166)

Norman também cita C.S Lewis, que comenta sobre essa questão com maestria:

O irresistível e o incontestável são as duas armas cuja própria natureza do seu plano o proíbe de fazer uso. O mero desprezo da vontade humana [...] ser-lhe-ia inútil. (GEISLER, 2010, p.166)

O fato da graça divina poder ser resistida, não menospreza a soberania divina, visto que Ele decidiu nos conceder a liberdade de escolha, conseqüentemente, a soberania divina é exaltada e equilibrada ao amor divino, pois Deus não nos vê como escravos ou fantoches, mas sim como filhos, e um Pai mesmo discordando, respeita a decisão de filho.

A doutrina da Graça Resistível implica em uma salvação determinada pelo homem?

Uma das acusações feitas a doutrina da graça resistível é que se a graça pode ser resistida, logo, o homem determina sua salvação. Tal afirmação é sem cabimento, pois se a Salvação dependesse do homem, ele nunca seria salvo, sendo que o ser humano, devido a seu estado de depravação, é incapaz de buscar a Deus (Rm 3:11).

Quem dá o primeiro passo para salvação não é o homem em direção a Deus, mas sim Deus em direção ao homem, dessa forma, o homem que é incapaz de buscar a Deus, é alcançado por ele (Graça Preveniente), a graça divina restaura seu livre-arbítrio, fazendo que o homem que antes só podia fazer o mal diante de Deus, possa agora escolher, mas em todo esse processo de redenção do homem, este nada pode fazer sem a graça de Deus.

Zwinglio Rodrigues disse o seguinte em seu livro Graça Resistível:

A salvação é de Deus! Ao homem cabe apenas não resistir à Sua graça [...] é evidente que o fato de não resistir a graça implica no assentimento humano. Todavia, em hipótese alguma, isso faz do homem seu próprio salvador.

E Armínio disse:

Atribuo à graça o início, a continuidade e a consumação de todo o bem, de tal forma elevo sua influência, que um homem, embora regenerado, não pode receber, desejar, fazer qualquer bem, resistir ao mal, sem esta graça preveniente e estimulante, seguinte e cooperante. (RODRIGUES, op. cit., 2016, p. 60)

Sendo assim, o arminianismo clássico confessa e expõe claramente uma teologia de *solo gratia*. Não há na doutrina da graça resistível qualquer indício de que o homem possa determinar sua própria salvação, a mesma depende inteiramente de Deus, o homem coopera apenas resistindo ou não a graça.

Sendo a graça resistível, a salvação seria por obras?

Alegar de que a doutrina da graça resistível, implica numa salvação pelas obras, é um atentado a lógica. Em Deus a salvação começa, é promovida, aperfeiçoada e consumada, a doutrina da graça resistível em nada muda esse fato. A salvação é um dom gratuito de Deus, não podemos comprá-la nem ao menos merecê-la por meio de obras ou méritos, pois o preço já foi pago por Cristo.

No livro Graça Resistível, Zwinglio Rodrigues cita John Wesley que se pronunciou da seguinte maneira referente a salvação:

Não depende dos seus esforços, dos seus bons sentimentos, bons desejos, bons propósitos ou intenções, pois todos esses fluem da graça gratuita de Deus, são apenas correntes, não a fonte.

Norman Geisler comentou da seguinte forma:

Aquilo pelo qual trabalhamos é considerado nossa conquista, mas aquilo pelo qual não trabalhamos, não é considerado nossa conquista. Como a salvação vem até nós sem a necessidade de qualquer tipo de obra da nossa parte, concluímos que não nos cabe qualquer mérito nela. (GEISLER, 2010, p. 158)

A salvação é fruto da graça gratuita de Deus e ela não depende de poder, obra ou mérito algum do homem.

SINERGISMO: a cooperação entre a graça e vontade humana

A salvação não depende do homem, ele não pode salvar a si mesmo, toda a obra da salvação parte diretamente de Deus, pois pela graça somos salvos, mas ao agente livre, o homem, cabe apenas decidir aceitar ou não (resistir ou não) a graça divina.

Após o homem ter seu livre-arbítrio libertado ou restaurado, cabe ao homem escolher abraçar a graça oferecida por Deus ou rejeitá-la. Essa cooperação do homem é chamada de Sinergismo.

Tomás de Aquino, disse:

Ninguém se torna pecador senão por si próprio, e ninguém se torna justo se não pela operação de Deus e por cooperação própria” (RODRIGUES, op. cit., 2016, p. 66)

Segundo Zwinglio (2016), uma das acusações mais comuns feita pelos calvinistas ao sinergismo é que em última análise, a vontade humana é o fator determinante para a salvação, ou seja, a salvação é dependente da vontade humana, dessa forma, a graça seria criada da senhora vontade humana, o homem seria seu próprio salvador.

No entanto, a vontade humana só pode ser expressa, após a ação da graça na vida do homem.

“Na soteriologia sinergística arminiana, a vontade humana apenas resiste, ou não, à graça que oferta uma salvação pronta e acabada, onde nada pode ser acrescentado ou retirado dela. Essa salvação é exógena ao homem, não foi pensada por ele, não tem suas digitais, realiza-se pelo poder do Espírito Santo, é fruto da graça de Deus. A graça é a causa eficiente da salvação! O homem apenas a recebe como um presente do Pai [...]. Essa é a maneira adequada de entender a conjunta atuação divina e humana. (RODRIGUES, 2016, p. 68)

O sinergismo quando claramente exposto, enfatiza que o pecador nada mais é do que: um pecador sem mérito, que depende da graça divina para ser capacitado a cooperar com a mesma.

Homem algum tem acesso a salvação como quem pode salvar a si mesmo, pois a salvação está concretizada única e suficientemente em Cristo Jesus, a participação humana, limita-se apenas a receber de bom grado fazendo uso de seu livre-arbítrio libertado pelo auxílio da graça preveniente.

De tal modo a graça não é serva da senhora vontade humana, mas a vontade humana só existe devido a atuação da Graça Divina.

Base Bíblica da Graça Resistível

Isaías 1:18-20: *“Vinde, pois, e arrazoemos, diz o SENHOR; ainda que os vossos pecados sejam como a escarlata, eles se tornarão brancos como a neve; ainda que sejam vermelhos como o carmesim, se tornarão como a lã. Se quiserdes e me ouvirdes, comereis o melhor desta terra. Mas, se recusardes e fordes rebeldes, sereis devorados à espada; porque a boca do SENHOR o disse.”*

A palavra hebraica traduzida com recusardes é ma'an. A palavra é usada para descrever a recusa em obedecer a Deus. No trecho podemos notar claramente o convite de Deus ao povo para o arrependimento, porém, o mesmo não obedecia nem questionava, mas franca e abertamente resistia ao Senhor e rejeitava seu convite, como podemos ver em outros textos em que a palavra ma'an, é usada, tais como:

*“Então, disse o SENHOR a Moisés: Até quando recusareis guardar os meus mandamentos e as minhas leis?” **Êxodo 16:28***

*“Recusaram ouvir-te e não se lembraram das tuas maravilhas, que lhes fizeste; endureceram a sua cerviz e na sua rebelião levantaram um chefe, com o propósito de voltarem para a sua servidão no Egito.” **Neemias 9:17A***

*“Não guardaram a aliança de Deus, não quiseram andar na sua lei;” **Salmos 78:10***

*“Mas, porque clamei, e vós recusastes; porque estendi a mão, e não houve quem atendesse; antes, rejeitastes todo o meu conselho e não quisestes a minha repreensão;” **Provérbios 1:24,25***

*“Este povo maligno, que se recusa a ouvir as minhas palavras, que caminha segundo a dureza do seu coração” **Jeremias 13:10^a***

“Mas isto lhes ordenei, dizendo: Dai ouvidos à minha voz, e eu serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo; andai em todo o caminho que eu vos ordeno, para que vos vá bem.

“Mas não deram ouvidos, nem atenderam, porém andaram nos seus próprios conselhos e na dureza do seu coração maligno; andaram para trás e não para diante.” Jeremias 7: 23, 24.

“Quando Israel era menino, eu o amei; e do Egito chamei o meu filho. Quanto mais eu os chamava, tanto mais se iam da minha presença; sacrificavam a baalins e queimavam incenso às imagens de escultura. Todavia, eu ensinei a andar a Efraim; tomei-os nos meus braços, mas não atinaram que eu os curava. Atraí-os com cordas humanas, com laços de amor; fui para eles como quem alivia o jugo de sobre as suas queixadas e me inclinei para dar-lhes de comer. Não voltarão para a terra do Egito, mas o assírio será seu rei, porque recusam converter-se.” Oseias 11:1-5

Todos os textos acima relatam um pouco da história do povo de Israel que em todo Antigo Testamento é marcada pela resistência à graça de Deus que convida o povo ao arrependimento.

Mateus 23:37: *“Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te foram enviados! Quantas vezes quis eu reunir os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintinhos debaixo das asas, e vós não o quisestes!”*

Também Jesus a chamou de cidade do grande rei. Contudo, ele precisa receber ainda outro nome: assassina de profetas. Com resistência teimosa, ela afasta a todos que vêm a ela com uma incumbência divina. Jesus diz que investiu muito amor nessa cidade e se esforçou muitas vezes para reunir seus filhos junto dele. Ele poderia ter sido a proteção deles contra culpa e juízo e lhes teria trazido paz. Porém ele não pode mudar a força a sua vontade obstinada, antes está amarrado a regra de justiça divina, que preserva a vontade da pessoa. (RODRIGUES, 2016, op. cit., p. 79)

A insistência de Jesus demonstra seu interesse em restaurar o seu povo, mas este, não quis em várias ocasiões. Nenhuma doutrina de Predeterminação pode sobreviver entre o “eu quis” de Jesus e o “não quiseste” de Jerusalém. Jesus queria redimi-los, mas o povo resistiu ao chamado dele.

Podemos concluir que a doutrina da Graça Resistível, por mais que seja atacada e até mesmo acusada de insinuar uma salvação por obras, está completamente de acordo com a *Solo Scriptura*. Em nenhum momento a doutrina da Graça Resistível insinua uma salvação por méritos humanos, mas sim, demonstra com clareza a perfeição de Deus, com todos os seus atributos em um esplêndido equilíbrio.

Um Deus que ama incondicionalmente, mas em sua justiça e soberania impõe uma condição para a salvação, crer em Jesus. Deus que oferece a todos a oportunidade de salvação e até mesmo os ajuda na caminhada, no entanto, não força ninguém, não obriga ninguém, pelo contrário, respeita a decisão do homem de aceitar ou não a Cristo (resistir ou não a graça).

Deus nos oferece uma salvação pronta e acabada, não a merecemos, muito menos podemos comprá-la, o que nos resta fazer é apenas responder a seu chamado. Deus se aproximou de nós, nos libertou e nos chama para cearmos com Ele.

1.3 Eleição e reprovação

Não há dúvida de que tudo o que pode ser compreendido dentro do universo semântico da doutrina da eleição (eleição/predestinação/reprovação) tem sido, de todas as doutrinas bíblicas, a que mais controvérsia tem causado. Apesar das concordâncias, as discordâncias envolvendo a doutrina são de consequências enormes.

Há os que entendem que insistir na controvérsia é perda de tempo, manifestando um claro cansaço quanto às divergências; outros, no entanto, compreendem que, já que ela está claramente mencionada na Escritura, não pode ser ignorada, e que um esforço por entendê-la é necessário, se quisermos ser honestos em relação à Palavra.

Ainda sobre essas diferentes escolas: Calvinismo e Arminianismo é preciso dizer que os batistas em geral também se dividem na compreensão deste tópico. Em sua origem (Inglaterra), encontramos forte influência calvinista. Saindo da Inglaterra, no entanto, as opiniões se dividem. Parece que a teologia batista é predominantemente arminiana, posição claramente seguida pelos Batistas Independentes no Brasil. Assim, preserva-se, entre os batistas, o mais considerável dos princípios da reforma protestante: O livre exame das Escrituras.

Os Batistas Independentes em seu escrito “Princípios da Nossa Fé” (2014, p.23) deixam bem claro que creem que a Graça salvadora é oferecida por Deus a todos os homens e que diante da realidade da eleição, o homem permanece livre e responsável quanto a sua decisão pessoal, aceitando, livre e responsavelmente a oferta da salvação.

Sobre a eleição e predestinação cremos que “deve ser considerado levando-se em consideração o conhecimento (presciência) de Deus”. Devemos notar que este conhecimento não significa previsão, pois Deus não está na mesma linha de tempo do que nós, mas está ao mesmo tempo no passado, presente e futuro e sabe tudo ao mesmo tempo. Ele nos elegeu

desde a fundação do mundo pois é eterno, e sabe tudo. Vejamos ainda esse comentário do livro “Princípios da Nossa Fé” (2014, p.24):

Ele já sabe de tudo ao mesmo tempo. Deus nos elegeu antes da fundação do mundo porque Ele está presente em toda a eternidade. Ele já sabe a resposta de cada pessoa em relação ao seu plano de salvação em Jesus Cristo. Assim é que deve ser entendido o reconhecimento de Deus nos textos acima, sobre a eleição. É também neste sentido que devem ser entendidos os textos de indivíduos escolhidos para certas funções como são os casos de Judas (João 17.22) e Faraó (Romanos 9.17 e 18). Em Romanos 9.6-16, embora pareça que esteja falando de eleição individual, na verdade o texto está falando de eleição de nações representadas por Jacó e Esaú. Fala da descendência de Abraão perpetuada em Jacó. No fim essa descendência fica reduzida em um – Jesus Cristo e todos que estão em Cristo são eleitos nele, Efésios 1.4. (PRINCÍPIOS DA NOSSA FÉ, 2014, p.24)

1.3.1 Calvinismo

O pensamento calvinista acerca da eleição é mais bem caracterizado quando abordado usando seu próprio sistema de raciocínio. Para isso, alguns enunciados têm sido usados para resumi-lo, baseado num acrostico, o Tulip, que tem sua origem na língua inglesa e significa: Depravação Total (Total Depravity), Eleição Incondicional (Unconditional Election), Expição Limitada (Limited Atonement), Graça Irresistível (Irresistible Grace) e Perseverança dos Santos (Perseverance of the Saints).

Para os calvinistas, a raça humana está perdida no pecado. E isto significa que está totalmente depravada, ao ponto de ser incapaz de responder a qualquer oferta da graça de Deus. A depravação total implica em incapacidade moral, e todos os homens começam a vida assim (pecado original), portanto, incapazes de fazer o bem: inclusive se “converter” a Deus. Textos como Jo 6.44; Rm 3.1-23; 2Co 4.3,4 e Ef 2.1-3 são usados como fundamento bíblico para essa afirmação.

Um segundo conceito é extremamente importante para o calvinismo: a soberania de Deus. Ele é soberano em seus atos, e não deve nenhuma satisfação a ninguém; é livre para fazer o que desejar, e os homens não estão em condição de julgá-lo. A parábola dos trabalhadores da vinha é o fundamento básico para afirmar isto, onde o senhor tem o poder de fazer o que quer: “porventura, não me é lícito fazer o que quero com o que é meu?” (Mt 20.13-15). Outro argumento forte procede da passagem de Paulo, onde a resposta a quem reclama da injustiça de Deus é: “Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por

que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra?” (Rm 9.20,21).

A eleição, para o calvinismo, é a escolha que Deus faz de certas pessoas para o seu favor especial, para receberem a vida eterna. Esta escolha contempla alguns indivíduos e depende exclusivamente “do beneplácito de sua vontade”. É uma iniciativa divina absoluta e incondicional, pois “Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão”; logo, “não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia”, Rm 9.15,16.

Erickson resume as características da eleição segundo o calvinismo da seguinte forma:

A eleição é uma expressão da vontade soberana ou do beneplácito de Deus. Ela não se baseia em algum mérito do eleito, também não se baseia na previsão de que a pessoa virá a crer. É a causa, não o resultado, da fé. A segunda é que a eleição é eficaz. Os que foram escolhidos por Deus com certeza virão a crer nele e, também, perseverarão nessa fé até o fim. Todos os eleitos serão, com certeza, salvos. A terceira é que a eleição foi feita desde a eternidade. Não é uma decisão tomada em algum ponto do tempo em que o indivíduo já existe. Trata-se do que Deus sempre se propôs fazer. A quarta é a eleição incondicional. Ela não exige que os seres humanos realizem atos específicos ou preencham certas condições ou ordens de Deus. Não é que Deus deseja salvar as pessoas, caso façam algumas coisas. Ele simplesmente deseja salvá-las e o faz. Por fim, a eleição é imutável. Deus não muda de ideia. A eleição vem desde a eternidade e brota da misericórdia infinita de Deus; ele não tem motivos nem ocasião para mudar de ideia (ERICKSON, 1997, p.384).

Em relação ao livre arbítrio, os calvinistas não o negam simplesmente, somente não o aceitam como os arminianos o fazem. A ênfase é que o pecado retirou do homem a capacidade de exercer devidamente sua liberdade, Deus realiza tal salvação independente de qualquer iniciativa humana.

1.3.2 Arminianismo

De certa forma, o arminianismo é uma escola de pensamento ampla, que abriga um grande número de posições. Partindo das concepções de James Armínio (1560-1609), pastor em Amsterdã e professor de Teologia na universidade de Leyden, Holanda, que contestou a tese calvinista da dupla predestinação e defendeu o livre arbítrio, colocando a bondade de Deus como princípio na aplicação da salvação disponibilizada pela obra da redenção.

De acordo com o arminianismo, a eleição é geral e não pessoal. O decreto da eleição não se refere a indivíduos, mas ao propósito de Deus em salvar aos que crerem. O ponto de partida do arminianismo é que Deus deseja que todos sejam salvos, “não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento”, 2Pe 3.9. Tanto no Antigo como no Novo Testamento, os convites para que o homem se volte para Deus são convites de caráter universais, Is 55.1; Mt 11.28. Se a despeito de tais convites Deus não deseja salvar a todos, isto implicaria que Deus estaria sendo insincero em sua oferta.

Outra implicação da universalidade dos convites, é que todos os homens devem ser capazes de crer para serem salvos, e não como postula o calvinismo: que somente os eleitos são aptos a crer. É óbvio que o arminianismo se opõe radicalmente à ideia de expiação com efeito limitado, contemplando apenas aqueles que previamente haviam sido eleitos para a salvação. A redenção deve ser plena, incluindo a possibilidade de salvar a todos, incluindo inclusive a redenção da própria natureza, como Rm 8 prevê. O calvinismo lança mão do conceito de “graça preveniente”, segundo o qual Deus concedeu sua graça para contra-atacar os efeitos do pecado, tornando o homem capaz de aceitar a oferta da salvação, fruto de sua graça especial. O homem, portanto, conta com os auxílios prévios da graça comum, que, apesar de não salvar, neutraliza os efeitos do pecado original, possibilitando ao homem o uso de seu livre arbítrio na aceitação da salvação. Naturalmente que aceitação humana não torna a salvação obra humana, continua sendo exclusiva obra de Deus, apenas a acolhida é humana. Com isso, Deus continua sendo Deus: soberano em salvar; e o homem, humano: livre em escolher a salvação.

No Arminianismo também há um acrostico chamado de FACTS, também de origem na língua inglesa, que significa: *freed by grace to believe* (liberto pela graça para crer); *atonement for all* (expiação para todos); *conditional election* (eleição condicional); *total depravity* (depravação total); e *security in Christ* (segurança em Cristo). Mariano (2015, p.13) comenta:

O arminianismo defende a depravação total, a ideia de que o homem, após a queda de Adão e Eva, nasce em pecado e que, sem a ajuda de Deus, o homem não pode salvar-se. Defende ainda que, através da graça preveniente de Deus, o homem é liberto para crer, mas que a graça de Deus é resistível; advoga, ainda, a expiação ilimitada, que nada mais é que a crença de que Deus enviou seu filho, Jesus Cristo, para morrer por todos e por cada um dos homens; que a eleição é condicional, ou seja, a condição para que a pessoa seja eleita é que ela creia, que deposite a sua fé em Deus; e, por fim, que temos segurança em Cristo, a ideia de que estamos seguros enquanto permanecermos em Cristo, mas que é possível que um verdadeiro cristão cometa apostasia, isto é, que venha perder a sua salvação. (MARIANO, 2015, p.13)

Assim, é preciso dizer que o arminianismo não nega termos como “eleição” e “predestinação”. Eles são acolhidos, porém com sentido diferente daquele atribuído pelo calvinismo. Eles não significam que Deus escolhe alguns para a salvação, enquanto escolhe outros para a perdição eterna. A predestinação, no sentido arminiano, está estreitamente ligada à presciência de Deus (ideia veementemente negada pelo calvinismo). Em seu conhecimento prévio a respeito das decisões das pessoas, elas são preordenadas à salvação. O texto que fortalece esse argumento é Rm 8.29: “Portanto aos que de antemão conheceu, também predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos”, apoiado por 1Pe 1.1,2 onde Pedro menciona os “eleitos segundo a presciência de Deus”.

As maiores objeções arminianas, em relação às posições calvinistas, residem na acusação de que o calvinismo, com suas ideias de predestinação incondicional e absoluta, é fatalista, pois não deixa qualquer espaço para que as atitudes humanas possam fazer qualquer diferença. Se seremos salvos de qualquer maneira, então o comportamento ético torna-se irrelevante, já que a salvação não depende das ações do homem. Além disso, tal fé arranca todo sentido do impulso evangelístico e missionário, pois a salvação já não depende da pregação do evangelho, porque a soberania divina, para ser soberania, tem que ser capaz de operá-la independente de qualquer ação humana. Uma última objeção é que ela atenta contra a liberdade humana. As ações do homem já não são de fato suas. Uma vez que foram determinadas, o homem apenas representa um script que lhe é apresentado, o que implica que ele já não é verdadeiramente humano e sim um autômato. No calvinismo parece que há um desequilíbrio entre os atributos divinos, supervalorizando a soberania em detrimento a justiça, bondade e amor de Deus.

1.3.3 Quanto à reprovação

O arminianismo não se vê na obrigação de se pronunciar acerca da reprovação, pois, segundo ele, Deus deseja salvar a todos, e não toma nenhuma ação no sentido de reprová-los. Já o calvinismo, necessariamente precisa se pronunciar acerca da reprovação, pois afirma que Deus escolheu alguns para a salvação. Neste caso, é preciso responder qual a atitude de Deus em relação aos outros não eleitos para a salvação. Grudem introduz o tema com estas palavras:

Quando entendemos a eleição como ação soberana da parte de Deus de escolher algumas pessoas para serem salvas, há então necessariamente outro aspecto dessa escolha, a saber, a decisão soberana de Deus de não levar em conta outras e não salvá-las. Essa decisão de Deus na eternidade passada é chamada de reprovação. Reprovação é a decisão de Deus, antes da criação, de

não levar em conta algumas pessoas, decidindo em tristeza não salvá-las e puni-las por seus pecados, manifestando por meio disso sua justiça (GRUDEM, 1999, p.573).

O próprio Grudem defendendo a posição calvinista, admite ser essa a doutrina mais difícil de entender e de aceitar, especialmente por causa do amor demonstrado, ensinado e exigido por Deus em favor de outros seres humanos.

Na visão calvinista, a soberania de Deus é responsável pela eleição dos que serão salvos, mas a condenação dos pecadores é de responsabilidades dos próprios pecadores, mesmo que estranhamente, os mesmos nunca tiveram a opção de optar pelo certo ou errado. Termos como “decidiu condenar alguns” são evitados pelos defensores desta posição. Usam em preferência expressões como “não levar em conta”, dando uma ideia de que Deus simplesmente deu livre curso ao que já estava determinado, em função da desobediência do próprio homem. A justiça de Deus exige que todos sejam punidos. A misericórdia e a graça de Deus fundamentam a salvação de alguns, enquanto a justiça de Deus fundamenta a condenação de todos. Deus não é injusto quando deixa que a justiça opere sobre aqueles que são condenados, mas é misericordioso quando, em sua graça, salva alguns, que igualmente mereciam a condenação. A aplicação desta doutrina não causa nenhum prazer a Deus, e é com tristeza que ele o faz, pois nem todas as coisas necessárias são prazerosas de realizá-las. No entanto, é preciso saber que, mesmo custando-lhe tristeza no coração, manifestará a sua glória, pois os vasos de ira servem para mostrar a grandeza da misericórdia de Deus para conosco: Deus fez isso “a fim de que também desse a conhecer as riquezas de sua glória em vasos de misericórdia”, Rm 9.23. Para o arminianismo, essa posição é estranha, pois pode se questionar, por exemplo, porque Deus tendo o poder de salvar a todos, sendo amoroso, simplesmente se nega a fazê-lo? Na prática, usando um exemplo apenas, é como se um vigilante, ao ver o fogo se aproximando de uma sala cheia de pessoas, que ali desconhecem o perigo, chama apenas pequena parte do grupo de maneira aleatória e condicional, e depois deixa que os demais sejam consumidos pelo fogo. Ao justificar sua atitude, o mesmo diz que ele é justo e amoroso, pois na prática todos iriam morrer igual, mas pela sua misericórdia, decidiu salvar alguns, pois afinal, não precisava ter salvo ninguém. A pergunta, neste caso, não seria, este vigilante justamente não era frio, conivente com o mal, negligente e estranhamente mal? Essa linha teológica é no mínimo estranha para os leitores da Bíblia.

Não resta dúvida de que é profundamente difícil aos arminianos aceitar esta explicação, mas ela se torna necessária aos calvinistas como implicação daquilo que creem. Dentro de sua própria lógica de raciocínio já é indigesta, e na lógica arminiana é simplesmente intragável. Não é para menos que esta doutrina tem em sua história séculos de controvérsias no meio protestante.

1.4 O chamado eficaz

O homem em seu estado atual vive uma realidade de escravidão ao pecado. Nesta condição, é-lhe impossível por si mesmo se voltar a Deus. Face a isto, é preciso algum ato de interferência de Deus, no sentido de atraí-lo para a salvação e “essa atividade de Deus é denominada chamado especial ou eficaz” (Erickson, p. 392). Erickson acentua que, por chamado eficaz, devemos entender a ação de Deus dando ao homem condições de reagir com arrependimento e fé. Tal obra é operada pelo Espírito Santo dando capacidade para a compreensão do evangelho, At 16.14.

Uma simples leitura do evangelho é suficiente para se perceber que, de fato, ele encerra um chamado da parte de Deus. Inúmeros textos o enfatizam, bem como a necessidade do homem em respondê-lo. Uma lista interminável poderia ser apresentada, mas listaremos apenas alguns representativos:

Rm 8.29,30; 1Pe 2.9; 1Co 1.9; 1Ts 2.12; 1Pe 5.10; Rm 1.6,7; 1Co 1.2; 7.15; Cl 3.15...

Calvinistas e arminianos reconhecem a presença deste chamado na Escritura, discordando apenas no entendimento do mesmo. Para os calvinistas, o chamado eficaz é dirigido somente aos eleitos, que pelos efeitos da graça irresistível, infalivelmente responderão positivamente ao mesmo. Ele é eficaz pelo fato de levar, invariavelmente, os eleitos à salvação. Para estes, o chamado eficaz difere do chamado geral do evangelho justamente por não ser universal e nem poder ser resistido. De outro lado, os arminianos reconhecem a eficácia deste chamado, mas resguardam a possibilidade de ser resistido. Esta possibilidade deve existir necessariamente. Caso contrário, o livre arbítrio é violado, coisa que os arminianos não estão dispostos a aceitar. Uma vez que ele pode ser resistido, torna-se possível explicar por que tantas pessoas o rejeitam, pois, para os arminianos, assim como a eleição, também o chamado eficaz é universal em seu alcance.

1.5 A conversão

A conversão é o ato inicial, aquele que marca o início da caminhada cristã. Ele consiste no ato de deixar o pecado em arrependimento e voltar-se para Cristo em fé. A palavra conversão significa “volta”. Mais especificamente meia volta, convergindo do pecado em direção a Cristo. Esse voltar-se do pecado é identificado como o arrependimento, e o voltar-se para Cristo é identificado com a fé: dois aspectos distintos, mas inseparáveis da conversão, sendo respectivamente o aspecto negativo e o positivo do mesmo acontecimento. Grudem define a conversão como segue: “Conversão é nossa resposta espontânea ao chamado do evangelho, pela qual sinceramente nos arrependemos dos nossos pecados e colocamos nossa confiança em Cristo para receber a salvação” (GRUDEM, 1999, p.592).

O que vem primeiro: arrependimento ou fé? A resposta a esta pergunta é que eles devem acontecer juntos. Não há como separá-los, pois, um depende do outro. É impossível determinar um *modus operandi* em relação à conversão, pois ela pode acontecer de forma diversa. Em alguns casos ela será uma experiência de crise, a exemplo do que aconteceu com Paulo; em outros, de forma calma, como parece ter acontecido com Timóteo. No entanto, a qualidade da operação deve ser sempre a mesma, pois conversão que não carregue consigo a regeneração ou novo nascimento, não é verdadeira conversão a Cristo. A conversão pode ser a culminância de um processo gradual de entendimento e consciência; no entanto, ela acontece em um momento quando, à luz da revelação do evangelho, o homem decide voltar-se e confiar em Cristo para a sua salvação. Neste sentido, é como afirma Erickson: “podem ocorrer muitas conversões na vida cristã, mas apenas uma Conversão” (ERICKSON, 1997, p.395).

1.5.1 O arrependimento

O arrependimento pode ser definido como “uma sincera tristeza por causa do pecado, é renunciá-lo e comprometer-se sinceramente a abandoná-lo, e prosseguir obedecendo a Cristo” (GRUDEM, 1999, p.596). No Antigo Testamento, duas palavras são usadas para expressar a ideia de arrependimento. Uma delas é mais usada tendo Deus como sujeito; a outra (*shûv*) é frequentemente usada pelos profetas, e carrega a expectativa de uma mudança moral consciente.

No Novo testamento também encontramos dois termos para arrependimento. O termo *metamelomai* significa “ter um sentimento de cuidado, preocupação ou pesar”. Este termo é usado em Mt 21.30, na parábola dos dois filhos do dono da vinha: o segundo filho disse “não quero; depois, arrependido, foi”; também é usado para descrever o remorso de Judas por haver traído a Jesus, Mt 27.3. O termo inclui algum sentimento emocional de remorso, que até pode implicar em mudança de atitude, como no caso do segundo filho. Sentido diverso, porém, apresenta o termo *metanoeo*, cujo significado é: “pensar de forma diferente sobre algo ou mudar de ideia”. O termo expressava uma preocupação constante na pregação da igreja primitiva, que instava: “Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo”, At 2.38.

1.5.2 A fé

É de consenso dos intérpretes da Bíblia que fé, no sentido bíblico, é crença em algo tanto como confiança em alguém. Neste sentido, não basta apenas conhecer como verdadeiros os fatos do evangelho, ou mesmo aprová-

los como verdadeiros; é preciso decidir depender de Jesus para a salvação. É crer em que, e crer em quem! A fé salvífica é, portanto, “confiança em Jesus Cristo como uma pessoa viva visando ao perdão dos pecados e à vida eterna com Deus” (GRUDEM, 1999, p.593).

1.6 A regeneração

A regeneração é o outro lado da conversão. Muito embora o homem seja chamado a crer e arrepender-se, na regeneração ele nada pode fazer. É um ato de Deus. É a transformação que Deus opera naqueles que creem, concedendo-lhes nova vida espiritual. Aqueles a quem foi dado poder serem feitos filhos de Deus, “não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus”, Jo 1.13. Fica, pois, evidente que o homem nada pode fazer quanto à regeneração ou ao novo nascimento. Textos como Jo 3.8; Ef 2.5; Cl 2.13; Tg 1.17,18 e 1Pe 1.3 nos levam a concluir que esta obra é realizada por Deus Pai e Deus Espírito Santo. Ênfase especial é dada, em textos como 1Pe 1.23,25 e Tg 1.18, que tal obra está intimamente ligada ao chamado eficaz, sendo operada mediante a proclamação do evangelho.

A regeneração é tanto um mistério quanto um milagre de Deus em nós. Não há como descrever como acontece, mas acontece, e de tal maneira que verdadeiramente nascemos de novo. Isto é tão enfático nas Escrituras que ela chega a dizer que antes dela estávamos mortos e “ele nos deu vida”, e “se alguém está em Cristo é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas”, 2Co 5.17. O novo nascimento é algo tal que reverte as tendências gerais da natureza humana. Apesar de não sabermos exatamente quando a regeneração ocorre, os resultados da regeneração, no entanto, são claros e imediatos: confiança sincera em Cristo, certeza de salvação, garantia de que seus pecados foram perdoados, desejo de ler a Bíblia e orar, desejo de reunir-se com outros cristãos, desejo de obedecer à Palavra de Deus e vontade de testemunhar de Cristo aos outros. O que é claro nas Escrituras é que o novo nascimento é instantâneo, um ato único. Não há indicação de que ele seja um processo pelo qual o salvo esteja passando. Ela sempre fala dele como algo acontecido.

Alguma divergência existe entre calvinistas e evangélicos de influência arminiana quanto ao que vem primeiro: a fé ou a regeneração? Enquanto os calvinistas entendem que a regeneração vem primeiro, como obra exclusiva de Deus que nos capacita a crer, e que somente cremos por causa desta obra inicial de Deus, os de influência arminiana, afirmam que é necessário crer para que a obra da regeneração seja realizada por Deus mediante a fé do crente.

No que diz respeito à natureza e ao significado da regeneração, calvinistas e arminianos estão de acordo.

1.7 A justificação

Quando o pecador se converte a Cristo tem ainda de lidar com um problema: a culpa por não ter cumprido as expectativas de Deus. A operação divina que apazigua o coração do salvo é chamada, na bíblia, de justificação. “A justificação é o ato de Deus declarar que, aos seus olhos, os pecadores são justos” (ERICKSON, 1997, p.408). Para isto, no entanto, é exigido que a justiça seja feita, pois Deus não pode ser injusto. Deus é juiz, santo e justo. Então, como um pecador pode ser aceito por um juiz santo e justo?

Precisamos entender o significado de justificação: “A justificação é a restauração do indivíduo ao estado de justiça” (idem). Ele se torna justo quando age de conformidade com aquilo que se espera dele. O Antigo Testamento usa o termo “*Tsãdaq*”, cujo significado é conformar-se com dada norma. Agir com justiça é agir de acordo com os padrões estabelecidos para cada situação.

Ainda segundo o Antigo Testamento, “justificar implica em certificar que a pessoa é inocente e depois, declarar o que de fato é a verdade: que ela é justa, ou seja, que cumpriu a lei” (ERICKSON, 1997, p.409).

Como compreender o fato de Deus justificar um pecador, já que ele é pecador justamente porque não conseguiu cumprir com a norma estabelecida (a Lei)? Para compreender isto precisamos do significado de justificação segundo o Novo Testamento, onde “a justificação é o ato declaratório de Deus, pelo qual, em razão da suficiência da morte expiatória de Cristo, ele afirma que os crentes cumpriram todos os requisitos da lei que lhes diz respeito”. Mas, como Deus pode fazer isto sem ser injusto, já que o pecador de fato não cumpriu a lei? A resposta é que “a justificação é um ato forense de imputação da justiça de Cristo ao crente; não é de fato uma infusão de santidade no indivíduo” (ERICKSON, 1997, p.409). A justificação é, pois, um ato instantâneo de Deus pelo qual ele considera perdoado os nossos pecados, bem como a justiça de Cristo como pertencendo a nós e, conseqüentemente, declara-nos justos diante de seus olhos (GRUDEM, 1999, p.604).

O próximo passo no processo de se nos aplicar a redenção é que Deus tem de responder à nossa fé e fazer o que prometeu, isto é, realmente declarar que nossos pecados foram perdoados. Esta tem que ser uma declaração legal concernente à nossa comunhão com as leis de Deus, segundo a qual estamos completamente perdoados e não mais sujeitos à punição (GRUDEM, 1999, p.603).

É preciso dizer que o que está em jogo são os méritos de Cristo. Fomos unidos a ele, e esta união significa que nossos pecados foram assumidos por ele, e sua justiça foi imputada (atribuída) a nós. “A justificação é algo completamente imerecido. Não é uma conquista. É uma obtenção, não uma aquisição”, conforme Ef 2.8,9 (ERICKSON, 1997, p.411). A fé reformada é enfática em afirmar que a justificação é imputada, enquanto a fé Católica Romana afirma ser a justificação uma justiça infundida. A diferença é que justiça imputada não requer mudança interior naquele que é favorecido; já a justificação infundida é justiça posta no crente gerando transformação no caráter. Na justificação imputada, a justiça é de Cristo; na justificação infundida, a justiça é do crente. Neste caso já se entrou pelo caminho do mérito, abandonando a confiança total e exclusiva na graça de Deus. Somos declarados justos por causa do que Cristo fez por nós, e não porque algo aconteceu dentro de nós. A nossa justificação não é declarada por causa de uma mudança interior, ou porque nossas obras mudaram, pois “ninguém será justificado diante dele por obras da lei”, mas “justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus”, Rm 3.20,23,24.

Segundo Grudem, “a justificação vem depois da nossa fé e como resposta de Deus a ela” (GRUDEM, 1997, p.604).

Qual o alcance da justificação? É plena, em relação à eternidade. No entanto, as consequências do pecado persistem, mesmo depois que o pecado é perdoado e o pecador justificado. As consequências eternas do pecado são canceladas, mas não as temporais. O pecador já não será punido pelos pecados dos quais foi declarado inocente, mas terá que conviver ainda com possíveis consequências de seus antigos atos.

1.8 A adoção

A justificação não somente cancela o julgamento contra nós, como também nos restaura a uma posição de favor em relação a Deus. A mudança de um estado de hostilidade para um estado de aceitação diante de Deus é chamada, nas Escrituras, de adoção.

A adoção é concomitante à conversão, regeneração, justificação e nossa união com Cristo. Ela implica em uma alteração de nossa condição diante de Deus: tornamo-nos filhos de Deus e somos recebidos em sua família (Jo 1.12), em contraste com os “filhos da ira” (Ef 2.2) e os “filhos da desobediência”, Ef 2.2; 5.6. Aos judeus que rejeitavam a Jesus e reivindicavam serem filhos de Deus, Jesus lhes diz: “Se Deus fosse, de fato, vosso pai, certamente, me havíeis de amar {...}. Vós sois do diabo, que é vosso pai, e quereis satisfazer-lhes os desejos”, Jo 8.42-44. Por meio da adoção somos restaurados a um tipo privilegiado de relacionamento com Deus: “Vede que grande amor nos tem

concedido o Pai, a ponto de sermos chamados filhos de Deus; e de fato, somos filhos de Deus. Por esta razão, o mundo não nos conhece, porquanto não o conheceu a ele mesmo”, 1Jo 3.1.

O mais significativo dos textos bíblicos referentes a essa verdade, certamente, é Rm 8.14-17. Os filhos de Deus receberam o seu Espírito, e por ele são guiados; já não sentem nenhum temor (medo) de Deus, pois lhe chamam de papai. O Espírito de Deus testifica em seu interior que são de fato Filhos de Deus, e também seus herdeiros juntamente com Cristo: o Unigênito (único gerado), que na ressurreição se tornou o Primogênito (Primeiro gerado). Afirmação muito semelhante encontramos também em Gl 4.4-7.

São muitos os benefícios concedidos pela adoção, já neste tempo presente: perdão, reconciliação, liberdade, cuidado paterno, disciplina paterna, boa vontade do pai. A adoção já nos fez filhos de Deus, no entanto, em algum sentido, nossa filiação revelará futuros benefícios, os quais desconhecemos agora. Parece ser este o sentido do que João insinua, ao dizer que agora somos filhos de Deus, mas ainda não nos foi revelado o que havemos de ser na revelação de Jesus Cristo; também Paulo espera maiores benefícios da adoção em Rm 8.23: “Porque sabemos que toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angústias até agora. E não somente ela, mas também nós, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo”.

1.9 A santificação

A santificação tem dois sentidos. Por um lado, ela significa o ato de separar para pertencer com exclusividade a Deus. Neste sentido encontramos pessoas, objetos e lugares que foram santificados, no sentido de ser consagrado e passar a pertencer. É neste sentido que os crentes em geral, independentemente de seu grau de santidade são chamados de santos. Por outro lado, santificação refere-se ao processo de tornar-se cada vez mais santo, processo contínuo durante toda a vida. Ele se caracteriza pela transformação do caráter e um crescimento em qualidade moral e da condição da pessoa.

Neste sentido, a santificação difere da regeneração, bem como da justificação, pois ambas se caracterizam por um ato instantâneo, enquanto a santificação é processo. Além disso, alguém é ou não é regenerado, bem como justificado; já a santificação pode apresentar diferença quantitativa. A pessoa pode crescer em santidade, se tornar mais ou menos santa. Grudem apresenta uma tabela significativa das diferenças entre justificação e santificação (GRUDEM, 1999, p.662):

Justificação	Santificação
Posição legal	Condição interna
De uma vez por todas	Continua por toda a vida
Obra inteiramente de Deus	Nós cooperamos
Perfeita nesta vida	Não perfeita nesta vida
A mesma em todos os cristãos	Maior em alguns do que em outros

Não devemos imaginar a santificação como reforma moral, algo que realizamos com esforços pessoais. Ela é obra sobrenatural, realizada pelo Espírito Santo. Afirmar isto, no entanto, não significa que o crente seja completamente passivo: “Desenvolvi a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade”, Fp 2.12,13.

Uma importante questão tem sido sempre de novo levantada: será que é possível alcançar uma santificação plena ou completa? As opiniões se dividem, pois parece que encontramos fundamento bíblico para ambas as opiniões.

Os perfeccionistas sustentam que deve ser possível chegar a um estado em que o crente não peca. Caso contrário seria incoerência as Escrituras instarem para que sejam perfeitos, se santifiquem em tudo e se tornem irrepreensíveis, tal como em Mt 5.48; 1Ts 5.23; Ef 4.13; Hb 13.20,21, textos que parecem oferecer provas de que é possível a santidade total.

Por outro lado, um número bem maior sustenta que este é apenas o ideal, aquilo que deveremos buscar incessantemente, mesmo sabendo que não alcançaremos tal perfeição, pois “se dissermos que não cometemos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós...”, 1Jo 1.8-10. A libertação total do pecado é o padrão a ser buscado e almejado, sabendo, no entanto, que só alcançaremos esse alvo quando deixarmos esse corpo. De forma alguma isto deve ser licença para sermos complacentes com o pecado, pois “todo aquele que permanece nele não vive pecando; todo aquele que vive pecando não o viu, nem o conheceu, 1Jo 3.6.

1.10 A perseverança

A perseverança dos salvos tem sido outra questão em que cristãos de origem protestante divergem. A questão fundamental é: será que um crente genuinamente regenerado, justificado e adotado por Deus, portanto tendo sido

unido com Jesus Cristo, poderá vir a se afastar definitivamente dele, ao ponto de vir a perder sua salvação? A salvação é definitiva e, uma vez salvo, o crente irá perseverar neste relacionamento com Deus para sempre? Se não há garantia de que a salvação seja permanente, como saber se ainda estou salvo? Se a salvação é absolutamente segura, isto não poderá levar o crente a relaxar em sua vida espiritual?

Há pontos em que normalmente existem concordâncias. De um modo geral, os protestantes creem que a salvação não é obtida, e nem mantida por obras humanas; há concordância em que o Espírito Santo atua em todos os crentes; também concordam que a salvação providenciada por Deus é plena e suficiente, e o crente pode de fato saber se possui a salvação. Apesar das concordâncias, há divergências significativas entre calvinistas e arminianos.

1.10.1 Calvinistas

Para os calvinistas, a doutrina da perseverança dos crentes é uma necessidade, e isto em função do que creem sobre a Eleição. Se Deus elegeu alguns entre todas as pessoas, logo, para que essa eleição tenha de fato efeito, é preciso que haja alguma garantia de que a salvação efetuada em decorrência da eleição seja definitiva. Se isto não for mantido, é necessário concluir que a eleição não foi incondicional, coisa que o calvinismo não está disposto a admitir. Portanto, a perseverança dos crentes é uma implicação natural da eleição incondicional e soberana de Deus; se os crentes pudessem perder sua salvação a eleição não teria sido eficaz.

O calvinista encontra apoio bíblico para sustentar a doutrina da perseverança em inúmeros textos bíblicos. Dentre eles salientamos 1Pe 1.3-5: “Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, segundo a sua muita misericórdia, nos regenerou para uma viva esperança, mediante a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança incorruptível, sem mácula, imarcescível, reservada nos céus para vós outros que sois guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para a salvação preparada para revelar-se no último tempo”. Fundamental, porém, é a promessa do próprio Senhor Jesus: “As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão. Aquilo que meu Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai ninguém pode arrebatar. Eu e o Pai somos um”, Jo 10.27-30. O calvinismo pode resumir a doutrina com o seguinte enunciado: todos os que verdadeiramente nasceram de novo permanecerão até o fim; somente aqueles que perseverarem até o fim, verdadeiramente nasceram de novo.

A perseverança dos crentes é também uma inferência da doutrina da regeneração. Caso alguém regenerado perdesse sua salvação, deveria haver

um retrocesso anulando a regeneração e o novo nascimento; a nossa união com Cristo é comparada ao matrimônio: ato que torna os dois uma só carne. Fomos unidos a Cristo e somos um com ele, e esta operação não dá para ser revertida.

1.10.2 Arminianos

Outra é a argumentação arminiana quanto à perseverança dos crentes. A maior objeção por eles levantada é quanto aos alertas contra a apostasia. É difícil explicar os alertas de Jesus em Mt 24.2-14 se a possibilidade de apostatar da fé não existir. Por que tais alertas se não fosse possível alguém vir a perder sua salvação? De outro lado, o que dizer do alerta paulino do caráter condicional da salvação: “E a vós outros também que, outrora, éreis estranhos e inimigos no entendimento pelas vossas obras malignas, agora, porém, vos reconciliou no corpo da sua carne, mediante a sua morte, para apresentar-vos perante ele santos, inculpáveis e irrepreensíveis, se é que permaneceis na fé, alicerçados e firmes, não vos deixando afastar da esperança do evangelho que ouvistes”, Cl 1.21-23. Textos como Hb 2,1; 3.12-14 são citados como exemplos de alertas para que o crente não se desvie da fé. Enquanto alguns versículos em 1 Pe 1.3-5 são utilizados pelos calvinistas, todo o capítulo 2 de 2ª Pedro fala de pessoas que conheciam a verdade, mas se afastaram dela, e “Porque melhor lhes fora não conhecerem o caminho da justiça, do que, conhecendo-o, desviarem-se do santo mandamento que lhes fora dado;”(v.21) assim, tornaram verdadeiro o ditado: “O cão voltou ao seu próprio vômito, e a porca lavada ao espojadouro de lama” (v.22). Texto fundamental para os arminianos é Hb 6.4.6, pois aparentemente afirma que pessoas que de fato provaram o dom celestial e se tornaram participantes do Espírito Santo, ainda assim vieram a cair: “é impossível, pois, que aqueles que uma vez foram iluminados, e provaram o dom celestial, e se tornaram participantes do Espírito Santo, e provaram a boa palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro, e caíram, sim, é impossível outra vez renová-los para arrependimento, visto que, de novo, estão crucificando para si mesmos o Filho de Deus e expondo-o a ignomínia”. Outro texto semelhante a este, e igualmente enfático, é Hb 10.26,27.

A concepção arminiana menciona também os exemplos de pessoas que aparentemente apostataram da fé. Desprezando casos do Antigo Testamento, aponta o caso de Judas. Considerando que Jesus o escolheu para o apostolado, certamente houve um momento em sua vida em que Judas era um genuíno crente. Portanto, trata-se de um caso de apostasia. E o que dizer de Ananias e Safira, At 5.1-11; e o caso de Himeneu e Alexandre, que “tendo rejeitado a boa consciência, vieram a naufragar na fé...”, (1Tm 1.19,20; Himeneu e Fileto, 2Tm 2.16,18; Demas. 2Tm 4.10; e os falsos mestres, 2Pe

2.1,2. Todos estes são exemplos bíblicos de pessoas que havendo se desviado da verdade do evangelho vieram a se desviar da verdadeira fé, perdendo sua salvação. Ainda assim, há nesse ponto, o que chamamos de arminianos de quatro pontos, ou seja, muitos arminianos que concordam com os demais pontos do arminianismo, mas não com a perda da salvação.

1.10.3 Algumas considerações

A primeira consideração a ser feita é que ambas as posições têm forte argumentação e fundamentação bíblica. Textos não faltam para sustentar ambas as ideias. Portanto, a solução deve ser procurada, não na rejeição sistemática desta ou daquela, mas numa melhor interpretação dos textos bíblicos. Eles não se explicam pela simples rejeição do pensamento oposto. Nesta questão se requer humildade dos calvinistas e dos arminianos, especialmente em reconhecer que precisamos aprofundar a reflexão da Escritura. Ambas as escolas apareceram tardiamente na história da igreja. Portanto, nenhuma deve pensar acerca de si mesma como a última palavra e, sim, buscar clarificar sempre e de novo o significado da Palavra de Deus acerca da doutrina.

Outra consideração é que, já que esta instituição de ensino teológico se entende como arminiana, uma palavra deve ser dita: não se deve entender a possibilidade de o crente vir a perder a sua salvação, ou a cair do seu estado de graça como algo que deixe o crente o tempo todo na corda bamba. Não pode ser assim, absolutamente! Um alto grau de segurança na salvação deve existir. A possibilidade de apostasia deve ser vista como algo extremo, e não como uma constante insegurança, deixando o crente sempre confuso acerca da sua salvação, pois “nenhuma condenação há para os que estão em Cristo”. Certamente que há segurança em Cristo para o salvo, pois o próprio Deus disponibilizou todos os recursos de que o crente precisa para perseverar em sua salvação: “... juntamente com a tentação, vos proverá livramento, de sorte que a possais suportar”, 1Co 10.13. Qualquer arminiano, com um mínimo de lucidez bíblica, sabe que o crente não vive perdendo a salvação a cada vez que peca, e que a possibilidade de perdê-la só existe mediante uma contumaz permanência no pecado, e uma atitude de desprezo sistemático às admoestações da parte de Deus.

Outra consideração é que o fato de o crente se saber salvo jamais o deveria levar a relaxar em sua vida espiritual. Todo crente regenerado recebe o desejo de obedecer e agradar a Deus. Aquele que não apresenta tal desejo é duvidoso que realmente tenha nascido de novo. Portanto, o fato de que estamos salvos para sempre só pode trazer maior segurança e estabilidade na fé, e nunca o desejo de negligenciar a fidelidade a Deus.

1.11 A glorificação

“A glorificação é o ponto em que a doutrina da salvação e a doutrina das últimas coisas se entrelaçam, pois olha para além desta vida, para o mundo vindouro” (ERICKSON, 1997, p.430).

Esta doutrina tem recebido pouca atenção nos manuais de teologia, apesar de sua grande implicação prática. É ela que trata dos resultados de todas as demais doutrinas. Desprezá-la, é não considerar aquilo que a nossa eterna salvação irá realizar. O descaso com esta doutrina é o resultado de conceitos centrados nesta vida terrena; o crente não pode deixar-se seduzir pelo materialismo e por uma teologia voltada apenas para o aqui e o agora. É preciso atentar para a totalidade do ensino das Escrituras, e para ela, não está tudo encerrado com o funeral. A esperança cristã reserva um aperfeiçoamento da obra redentora, que só se completará depois da morte.

Na obra da redenção, toda a pessoa foi redimida. Como a perfeição não será alcançada nesta vida, a morte nos inicia na obra da glorificação. Fomos salvos, porém nosso corpo não foi livre da corrupção da carne, por isso, “aguardamos a redenção do nosso corpo”, Rm 8.23; pois haverá um dia em que “com ele (Cristo) seremos glorificados”, Rm 8.17; pois ele não somente predestinou, chamou, justificou, mas também, glorificou, Rm 8.30.

Afinal, o que é glorificação, do ponto de vista bíblico?

Glorificação é o passo final da aplicação da redenção. Ocorrerá quando Cristo voltar e levantar dentre os mortos o corpo de todos os cristãos que morreram, de todas as épocas, reunindo-o com a alma de cada um, e mudar o corpo de todos os cristãos que estiverem vivos, dando assim, ao mesmo tempo, a todos os cristãos um corpo ressurreto como o seu” (GRUDEM, 1999, p.695).

Paulo inclui neste processo a transformação de toda a criação, Rm 8.18-25.

É certo que na glorificação se completará toda a expressão da obra de Cristo no salvo. Haverá um aperfeiçoamento moral e espiritual jamais alcançado neste corpo, pois a glorificação inclui o recebimento de um novo corpo, igualmente glorificado, além da suspensão da jurisdição do pecado e da tentação. Esta é a razão do porquê de uma existência perfeita na eternidade, pois nossa semelhança com Cristo será completada, inclusive pela recepção de um corpo semelhante ao dele, Cl 1.22; Ef 1.4; 1Co 1.8.

Paulo reconhece o caráter provisório de todas as coisas nesta dispensação, mas prevê um conhecimento pleno que terá lugar na consumação de todas as coisas.

Visto que uma apreciação mais detalhada é feita no estudo da doutrina das últimas coisas, por hora nos limitaremos ao aqui exposto.

PARTE 2

PNEUMATOLOGIA

O Espírito Santo é a pessoa através da qual a Trindade Divina se torna pessoal àquele que crê. E isto porque ele é ativo dentro daqueles que creem. O ensino do Novo Testamento é que ele reside em nós. Esta é a grande novidade do cristianismo: Deus habita no crente. Por meio do Espírito Santo toda a Trindade reside e atua em nós. Isto, no entanto, nem sempre foi assim. No Antigo Testamento o Espírito Santo esteve presente, atuando, mas não residindo no crente. Ele vinha e o capacitava para determinada realização, após o que se afastava dele. Sua vinda definitiva se deu depois que Jesus foi assunto aos céus.

Ele havia instruído seus discípulos a que permanecessem em Jerusalém aguardando o revestimento de poder: “Eis que envio sobre vós a promessa de meu Pai; permaneçei, pois, na cidade, até que do alto sejais revestidos de poder”, Lc 24.49. Em Atos 1.8 a Promessa do Pai, e o revestimento de poder, são claramente relacionados com o Espírito Santo: “Mas recebereis poder, ao descer sobre vós o Espírito Santo...”. Eles permaneceram na cidade, em obediência à instrução que receberam. Depois de alguns dias de oração, no dia de Pentecoste (Pentecoste era uma festa judaica que se comemorava cinquenta dias após a Páscoa) cumpriu-se a promessa, consoante ao que estava predito pelo profeta Joel: o Espírito se derramou sobre toda a carne: “... veio do céu um som, como de um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam assentados... todos foram cheios do Espírito Santo e passaram a falar em outras línguas, segundo o Espírito lhes concedia que falassem”, At 22,4.

Este evento espetacular foi a vinda histórica do Espírito Santo, inaugurando uma nova dispensação na história da igreja. Desde então o Espírito Santo não mais visita os crentes, mas habita neles. O que resultou

deste acontecimento histórico, e irrepetível, é que “o Espírito vem ocupando o centro da cena desde o tempo do Pentecostes” (ERICKSON, 1997, p.344).

Qual a importância do estudo desta doutrina, para a igreja atual? É que, apesar de este evento ser irrepetível, como evento histórico, ele se atualiza em nível individual em cada crente. Isto é importante, especialmente, porque vivemos num tempo em que a cultura valoriza a experiência, e é por meio dele, de uma experiência através do Espírito Santo, que experimentamos Deus hoje.

Apesar da importância de conhecermos melhor esta doutrina, temos uma compreensão confusa dela, quando comparada a outras doutrinas da Bíblia. Uma razão para isto, talvez, seja o fato de que ele (o Espírito Santo) não fala de si mesmo: seu ministério é glorificar o Pai e o Filho. Outra possível razão é que o Pai e o Filho contam com a figura de linguagem relacionada com a família para falar deles, o que facilita a compreensão. O Espírito é intangível, difícil de imaginar. O resultado é que mantemos um conceito de que o Espírito é inferior em essência ao Pai e ao Filho. A Bíblia ensina que tanto o Filho quanto o Espírito Santo são subordinados ao Pai, mas não inferior em essência. O governo pertence ao Pai como função e papel, mas as pessoas da Trindade Divina são iguais em essência.

A divisão do protestantismo, em pentecostais e não pentecostais, pode ter contribuído para que não aprofundássemos uma melhor compreensão da doutrina. O medo de possíveis divisões no Corpo de Cristo nos deixou cautelosos, evitando um maior debate sobre as implicações desta doutrina.

No entanto, não é possível simplesmente ignorar esta doutrina, em nome das dificuldades. Especialmente porque o Espírito Santo exerce funções específicas na vida dos cristãos e de sua igreja. Entre elas:

- Condenação do pecado: o Espírito Santo age para convencer os não penitentes tanto da pecaminosidade de seus atos quanto de sua posição moral como pecadores perante Deus.
- Conversão: a ação do Espírito Santo é vista como essencial para trazer alguém para a fé cristã. Do novo crente é dito "nascido novamente do Espírito".
- Habilita a vida cristã: acredita-se que Espírito Santo habite o fiel individualmente e o habilita a viver uma vida correta e crente.
- É o Confortador (o Paráclito): aquele que intercede, apoia ou age como um advogado, particularmente em tempos de tribulação.
- É Inspirador, aquele que permite interpretar as Escrituras: o Espírito Santo tanto "inspira" os autores da Escritura, quanto as "interpreta" para os cristãos e para a igreja.

2.1 A divindade do Espírito Santo

Ao longo da história da igreja, algumas controvérsias têm surgido quanto ao entendimento do lugar do Espírito Santo na Trindade Divina. Interpretações diversas têm sido propostas, desde uma posição subordinada, quanto à de que ele seja apenas a força ou poder ativo de Deus, sem lhe conceder o estatuto de existir como pessoa. O que as Escrituras revelam quanto a isto?

Primeiramente, é preciso dizer que um exame simples do texto bíblico revela referências intercambiáveis entre o Espírito Santo e Deus. Em Atos 5.1-11 temos o relato sobre Ananias e Safira, um casal que, tendo vendido sua propriedade, depositou parte do valor aos pés dos apóstolos, como sendo o valor total. Pedro lança lhes uma censura pública, com estas palavras: “Ananias, por que encheu Satanás teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, reservando parte do valor do campo? Conservando-o, porventura, não seria teu? E, vendido, não estaria em teu poder? Como, pois, assentaste este desígnio? Não mentiste aos homens, mas a Deus”, At 5.3,4. Para Pedro, mentir ao Espírito Santo era o mesmo que mentir a Deus, o que só pode ser possível se o Espírito Santo for Deus.

Situação semelhante pode ser encontrada em 1Co 3.16: “Não sabeis que sois santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?” o nosso corpo é santuário de Deus e é o Espírito que habita nele, porque ser habitado pelo Espírito é ser habitado por Deus.

Em segundo lugar, o Espírito Santo possui atributos ou qualidades de Deus. Em 1Co 2.10-11, Paulo atribuí onisciência ao Espírito Santo: “... porque o Espírito a todas as cousas perscruta, até mesmo as profundezas de Deus. Porque qual dos homens sabe as cousas do homem, senão o seu próprio espírito, que nele está? Assim, também as cousas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus”.

Em Lucas 1.35, o “Espírito Santo” e “o poder do Altíssimo” são mencionados em paralelo; a descida de um põe em ação o outro, porque o Espírito Santo é o Espírito do Altíssimo Deus, cujo poder estará em ação no corpo de Maria.

Em Hb 9.14, ele é “o Espírito eterno”. Se fosse mera criatura, não seria eterno, atributo exclusivo da divindade nas Escrituras.

Obras divinas são atribuídas ao Espírito Santo, como a própria criação, que é obra essencialmente de Deus Pai; as Escrituras são inspiradas pelo Espírito e reconhecidas como Palavra de Deus. E nas fórmulas batismal (Mt

28.19) e da bênção apostólica (1Co 13.14), ele é colocado em associação com o Pai e o Filho, em aparente igualdade.

É impossível acolher a Bíblia como Palavra inerrante de Deus e, ainda assim, negar a divindade do Espírito Santo: ou ele é Deus, ou a Escritura não pode ser verdadeira: ela afirma isto o tempo todo.

2.2 A personalidade do Espírito Santo

O Espírito Santo não é uma força impessoal. É uma pessoa, e possui todos os marcos distintivos da personalidade. Esta questão se reveste de importância especialmente diante da tendência crescente de se imantar realidades meramente físicas. O panteísmo (e também o animismo) se apresenta como um perigo bem atual, patrocinado pelas religiosidades orientais, sempre dispostas a dissolver a barreira existente entre a realidade física e a pessoal.

A Escritura é novamente onde fundamentamos a personalidade do Espírito Santo. O Novo Testamento faz uso do termo *Pneuma* para referir-se a ele. Há uma peculiaridade no uso que o NT faz deste termo, pois “*Pneuma*” é uma palavra grega neutra, porém João a usa com pronome masculino, Jo 16.13.14. Já que o pronome tem que concordar em pessoa, gênero e número, o normal, gramaticalmente, seria usar um pronome neutro. No entanto, deliberadamente, João usa um pronome masculino, querendo indicar que Jesus se referia a uma pessoa.

João fala repetidamente do Espírito Santo como o “*Parakléto*”: conselheiro, advogado ou seja: um agente pessoal. De especial importância neste contexto é Jo 14.16, onde Jesus promete a vinda de “outro *parakléto*”, cujo significado é “outro da mesma espécie”. O que naturalmente se depreende deste texto é que aquele que virá para substituí-lo é “outro da mesma espécie”, portanto: um ser pessoal como Jesus o era.

O Espírito Santo aparece, várias vezes, ao lado do Pai e do Filho, Mt 28.19; 2Co 13,14; Jd 20,21. O fato de que ambos (Pai e Filho) são reconhecidos como pessoais exige que o Espírito Santo também o seja, já que não há nenhuma distinção ao referir-se a ele juntamente com o Pai e o Filho.

Características consideradas fundamentais que formam uma pessoa são atribuídas a Ele: inteligência, vontade e emoções, Jo 14.26; 1Co 12.11; Ef 4.30. Além disso, a Bíblia fala da possibilidade de mentir ao Espírito Santo, At 5.3,4; entristecer, Ef 4.30; apagar, 1Ts 5.19; resistir, At7.51. É possível resistir a uma mera força física, mas não é possível mentir ou entristecer a algo que não seja

pessoal; blasfêmia contra o Espírito Santo, Mt 12.31. Com certeza, trata-se de algo que não pode ser cometido contra algo impessoal.

O Espírito participa de ações que só podem ser atribuídas a um ser pessoal: ensino, regeneração, perscrutação, fala, intercessão, comando, testificação, direção, iluminação e revelação. Atos como os narrados em Rm 8.26: “também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza”, e em Jo 16.8: “Quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo”, só podem ser atribuídos a um ser pessoal.

2.3 A obra do Espírito Santo

O objeto das maiores controvérsias nesta doutrina se relaciona com a ação prática do Espírito Santo na vida do crente, ou seja: a sua obra. Não há consenso quanto à atualidade de algumas operações do Espírito, e há discordâncias quanto ao que significa certas operações do Espírito. O fato de não se conseguir unanimidade no discurso sobre o Espírito Santo não deve nos levar a ignorar o estudo das suas atividades, até porque a atividade do Espírito é a atividade de Deus em e através do crente.

2.3.1 A obra do Espírito Santo no Antigo Testamento

É preciso procurar pelo Espírito Santo no Antigo Testamento considerando que ele (O A. T.) corresponde a um estágio em que a revelação está incompleta. É com o Novo Testamento que a temos completa. Erickson lembra que o termo “Espírito Santo” é raramente empregado no AT., sendo mais constantemente usada a expressão “Espírito de Deus”. No entanto, o NT relaciona as duas expressões, como é o caso em At 2.16-21, onde o cumprimento da promessa de Jesus acerca da descida do Espírito Santo é dito como o cumprimento da profecia de Joel, onde fora dada a promessa de que Deus derramaria do seu Espírito sobre toda a carne, Jl 2.28. Neste exemplo fica claro que o “Espírito de Deus” do AT é sinônimo de Espírito Santo no NT.

No AT, o Espírito está em ação na criação, Gn 1.2; Jó 26.13. Ele está ativo no ministério dos profetas, cuja palavra inspirada é atribuída ao próprio Deus. A exemplo do que acontece no NT, ele concede habilidades para certas tarefas práticas, como a habilidade artística (Êx 31.3-5) e administrativa, Gn 41.38. Os reis em Israel eram vistos como sendo especialmente ungidos pelo Espírito para a tarefa de governar, 1Sm 16.13. Ele era também o responsável por produzir qualidades morais de santidade na pessoa que era vista como ungida.

O próprio AT reconhece um tempo em que o Espírito seria derramado em plenitude, um tempo em que o ministério seria mais completo sob sua unção. É o caso do já citado texto de Joel 2.28, onde todos seriam capacitados a ministrar com eficiência. Grande era a expectativa com relação ao Messias, alguém que seria especialmente “O Ungido do Senhor”, sobre quem o Espírito do Senhor repousaria de forma especial, conforme Is 61.

2.3.2 A obra do Espírito Santo na vida de Jesus

O Espírito Santo esteve ativo principalmente durante a vida de Jesus Cristo, dando-lhe condições para realizar sua obra na terra. Ações em particular do Espírito incluem:

- Concepção de Jesus: de acordo com os relatos dos evangelhos, Jesus não foi concebido por um pai terrestre, mas pelo Espírito Santo e nasceu da Virgem Maria. O "início de Sua existência encarnada" se deu por conta do Espírito Santo.
- Unção no batismo de Jesus: No batismo de Jesus houve uma manifestação visível da descida do Espírito Santo sobre Jesus.

Ajuda durante o Seu Ministério: logo após o seu batismo, é dito que Jesus estava cheio do Espírito, e que ele teria sido conduzido pelo poder do Espírito Santo. Os relatos de seu ministério dão a entender que ele permaneceu assim até o fim. Não encontramos evidência de que esse enchimento do Espírito em Jesus tenha oscilado durante seu ministério, Lc 4.14. Não somente seu ensino e os milagres miraculosos eram realizados pelo poder do Espírito, como também expulsava os demônios “pelo Espírito de Deus”, Mt 12.28. “Até suas emoções eram no Espírito Santo” (ERICKSON, 1997, p.355), pois em Lc 10.21 é dito que “Naquela hora exultou Jesus no Espírito Santo”. Curiosamente, nenhum relato há de Jesus vivenciando qualquer manifestação semelhante às dos dons espirituais, como narrado em Atos e nas epístolas.

2.3.3 A obra do Espírito Santo na vida do cristão

O Espírito Santo é fundamental desde o início da obra de Deus no crente. A própria conversão não pode acontecer senão pela ação do Espírito, pois o próprio Jesus a condicionou à sua ação: “Quando ele (O Consolador) vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo...”, Jo 16.8. Sem esta obra de convencimento do Espírito não poderá haver qualquer movimento humano para Deus. A regeneração, como obra interior que opera o novo

nascimento, é totalmente dependente da ação do Espírito. Ela é uma ação sobrenatural produzida pelo Espírito santo, Jo 3.5,6.

Durante toda a vida cristã o crente estará dependente do Espírito, pois é ele que concede o poder para a vida na fé. Antes que algo fosse realizado, os cristãos deveriam aguardar pela descida o Espírito, que lhes daria o poder para realizar as mesmas obras que Jesus havia realizado. A grande diferença da Nova Aliança é que o Espírito habitaria dentro dos crentes. Ele os guiaria a toda a verdade, os ensinaria e faria lembrar as coisas que Jesus havia dito. Os crentes seriam iluminados, recebendo capacidade de entenderem as Escrituras. Não menos importante é a obra da intercessão do Espírito. Nada é mais encorajador do que saber que o Espírito intercede por nós, e ainda nos ensina a orar, pois “não sabemos orar como convém”, Rm 8.26.

Uma obra especial na vida do cristão é a santificação. Na justificação somos vistos de modo diferente por Deus; na santificação o Espírito opera para transformá-lo, levando-o a ser conforme é visto aos olhos de Deus. Enquanto a justificação é instantânea, a santificação é obra contínua, transformando o caráter moral e espiritual do crente. O desejo de Deus é que os crentes vivam no Espírito. Ele deseja que seja produzido “o fruto” do Espírito, uma lista de virtudes que tornam o crente espiritual; também lhe concede os “dons do Espírito”, uma lista de habilidades para o exercício dos ministérios no corpo de Cristo. O fruto o torna espiritual, alterando seu caráter; os dons o tornam eficiente, alterando sua habilidade para o serviço. Acerca dos dons espirituais reservamos uma discussão à parte, pois aí residem muitas divergências entre os intérpretes da Escritura.

2.4 Os dons do Espírito Santo

De acordo com a Escritura, o Espírito Santo concede "dons" aos cristãos, que seriam habilidades específicas. Eles são também conhecidos pela palavra grega para dádiva ou graça, *Charisma*, de onde o termo carisma deriva. O que são os dons espirituais e qual o seu propósito? Os dons espirituais são dados para equipar a igreja a fim de que desenvolva seu ministério até que Cristo volte. Neste sentido, eles não são o resultado da santidade do cristão, mas uma graça especial, uma ferramenta dada por Deus, com vista à eficiência no serviço. A igreja de Corinto era abundante em dons, no entanto, Paulo os chama de carnis, ignorantes e meninos em Cristo. O fruto é o resultado da santificação; já o dom é dádiva da soberania do Espírito que “realiza todas estas coisas, distribuindo-as, como lhe apraz, a cada um, individualmente” (1Co 12.14), e está relacionado ao desempenho de seu serviço, e da edificação do corpo de Cristo.

Quantos dons existem? O Novo Testamento provê três diferentes listas de tais dons (em 1Co 12, Rm 12 e Ef 4), que abrangem do sobrenatural (cura, profecia, falar em línguas) até os que se associam com diferentes vocações esperadas de todos os cristãos em algum grau (fé). Muitos consideram que estas listas não são exaustivas, mas apenas representativas, e uma quarta lista poderia ser acrescentada: 1Pe 4.10,11. As listas são diferentes, e parecem incluir conceitos diferentes sobre o que chamam de “dons”. No caso de Ef 4, trata-se de pessoas com habilidades especiais que são dados como dons especiais de Deus à igreja; Romanos parece entender os dons como habilidades especiais, mas diferentes da lista de 1Co, onde são incluídos dons miraculosos, que parecem incluir uma experiência de êxtase, em algum grau.

Grudem alista um grande número de dons baseado nos textos referidos, os quais alistamos abaixo (GRUDEM,1999, p.863):

1Coríntios 12.8-10, 28	Efébios 4.11	Romanos 12.6-8	1Pedro 4.11
Apóstolo	Apostolo	Profecia	Falar - vários dons
Profeta	Profeta	Serviço	Servir - vários dons
Mestre	Evangelista	Ensino	
Milagres	Pastor mestre	Encorajamento	
Dons de curar		Contribuição	
Socorros		Liderança	
Administração		Misericórdia	
Línguas			
Palavra de sabedoria			
Palavra do conhecimento			
Fé			
Discernimento de espíritos	1 Coríntios 7.7		
Línguas	Casamento		
Interpretação de línguas	Celibato		

É justamente sobre a natureza e a ocorrência destes dons, particularmente dos sobrenaturais (por vezes chamados de "carismáticos"), que residem as maiores diferenças entre os cristãos, no que diz respeito ao Espírito Santo.

Os dons continuam atuando hoje na igreja, ou teriam desaparecido? Uma visão é que os dons sobrenaturais são uma forma especial de exceção concedida na era apostólica, justamente por causa das condições únicas da igreja naquela época, e esses dons são muito raramente concedidos atualmente. Esta é a visão da Igreja Católica e de muitos outros grupos que compõem a maioria dos cristãos. Teologicamente é conhecida como "cessacionismo". Paulo parece falar de um desaparecimento de certos dons; no entanto, tal desaparecimento será "quando vier o que é perfeito", 1Co 13.8-10. Até a vinda de Cristo, portanto, parece certo que tais dons estarão em vigor para a edificação da igreja. Nossa linha denominacional batista independente não é cessacionista, ao contrário, ensina que a Igreja precisa desses dons espirituais, que devem ser exercidos no temor do Senhor, sem exibicionismo e sem pretensão de apresentar um nível de espiritualidade mais elevada!

A visão alternativa, desposada principalmente pelas denominações pentecostais e pelo Movimento Carismático, é a de que a ausência de dons sobrenaturais se deu por se ter negligenciado o Espírito Santo durante boa parte da história da igreja. Embora alguns grupos, como os montanistas e outros considerados heterodoxos, tenham pregado a prática dos dons sobrenaturais, ela é muito rara até o surgimento do pentecostalismo no final do século XIX e início do século XX.

2.5 – O Batismo com o Espírito Santo

Muitos cristãos alegam haver alcançado uma nova experiência com o Espírito Santo, e que ela lhes deu uma nova dinâmica de vida, bem como receberam novos dons. Esta posição alega que os discípulos já eram nascidos de novo (Jo 20.22), mas precisavam ser revestidos de poder: "sereis batizados com o Espírito Santo, não muito depois destes dias", At 1.5.

No dia de Pentecoste, línguas de fogo pousaram sobre eles e "todos ficaram cheios do Espírito Santo e passaram a falar em outras línguas, segundo o Espírito lhes concedia que falassem", At 2.4. Os pentecostais referem-se a esse evento como "batismo com o Espírito Santo", e argumentam que ele aconteceu posteriormente à conversão. Os cristãos, hoje, devem buscar e receber esse batismo, o qual lhes dará grande capacitação para o

ministério, e também o acesso aos dons espirituais, especialmente o de falar em outras línguas.

Em apoio a esse *modus operandi* do Espírito Santo são invocados eventos que parecem seguir o mesmo padrão, como em Samaria, At 8. Os crentes ali haviam crido mediante a pregação de Filipe, mas só receberam o Espírito Santo quando Pedro e João oraram por eles, At 8.14-17. At 19 também é usado como apoio, pois os convertidos de Apolo só receberam o Espírito Santo quando *“impondo-lhes Paulo as mãos, veio sobre eles o Espírito Santo; e tanto falavam em línguas como profetizavam”*, At 19.6.

2.5.1 O significado de “batismo com o Espírito Santo”

Encontramos somente sete passagens no Novo Testamento que se referem a um “batismo com o Espírito Santo”. Quatro delas provém de João Batista, sinalizando Jesus como aquele que batizaria com o Espírito Santo, diferenciando-o de seu próprio batismo em água. Destas passagens nada ficamos sabendo sobre o que significa o “batismo com o Espírito Santo”, apenas que é Jesus quem batiza com o Espírito.

Outras duas passagens **provêm** de Atos dos Apóstolos, e referem-se ao que aconteceu no dia de Pentecostes:

“João, na verdade, batizou com água, mas vós sereis batizados com o Espírito Santo, não muito depois destes dias”, At 1.5.

“Então me lembrei da palavra do Senhor, quando disse: João na verdade, batizou com água, mas vós sereis batizados com o Espírito Santo”, At 11.16.

Muito embora estes textos não sejam didáticos, mas relatos, eles lançam luz ao entendimento do que seja o “batismo com o Espírito Santo”. É óbvio que ele aconteceu no dia de Pentecostes conforme narrado em Atos 2, quando os discípulos ficaram cheios do poder de Deus e falaram em outras línguas. Até aqui parece que tudo legitima o ensino pentecostal mais tradicional: o “batismo com o Espírito Santo” acontece depois da conversão, com a evidência do falar em línguas. Contudo, precisamos ainda considerar outros aspectos da Escritura.

A sétima passagem encontra-se em 1Co 12.13. De todas, esta é a única que tem um caráter didático. *“Pois em um só corpo todos nós fomos batizados em um único Espírito: quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um único Espírito”*.

É de reconhecer que este texto de Paulo, acima referido, se considerado isoladamente, parece favorecer o entendimento de que todo crente, ao ser inserido no corpo de Cristo, por sua conversão e regeneração, é “batizado com

o Espírito Santo”. Mas não convém esquecer que a experiência dos discípulos, de serem cheios do Espírito Santo no dia de Pentecoste, é equivalente a ser “batizado com o Espírito Santo”, conforme as palavras de Pedro (At 11.15-16). Os intérpretes da linha pentecostal apontam para o fato de que, nesse texto de 1 Coríntios, Paulo possivelmente esteja se referindo a dois aspectos de uma experiência que tem a mesma fonte: a) na regeneração, pelo Espírito Santo, o crente é batizado no corpo de Cristo (que é a Igreja), uma experiência sobrenatural e da qual o batismo nas águas é símbolo (At 2.38; Cl 2.12); b) no batismo com o Espírito Santo, o crente é cheio do Espírito (At 1.8; 4.31; Ef 5.18, entre outros textos).

O que parece estar claro no Novo Testamento é que, tendo recebido o Espírito Santo quando da conversão, experiência que Paulo chama de “selo do Espírito (Ef 1.13-14; 4.30), o crente ainda deve buscar o enchimento com esse mesmo Espírito (Ef 5.18). Trata-se de uma experiência que se repete ao longo da vida cristã, enquanto o “selo” indica, naturalmente, uma experiência não repetitiva. Reconhece-se que, aqui, temos uma questão de terminologia. Vários eruditos do Novo Testamento insistem que aquela primeira experiência (a de ser “selado”) deve ser chamada de “batismo com o Espírito Santo”. Seja como for, o que não pode ser negado, à luz do Novo Testamento, é que todo crente deve buscar uma vida cheia do Espírito, experiência que também pode ser chamada de “batismo no Espírito Santo”, conforme as palavras do próprio apóstolo Pedro ao explicar o que aconteceu no dia de Pentecoste (At 11.15-16).

Ilustres professores da Bíblia, tais como A.H. Strong (teólogo batista), A. J. Gordon (pastor batista); R. A. Torrey (avivalista do século XIX) compartilharam a mesma ideia: ser batizado com o Espírito é ser cheio do Espírito. Nossa Denominação Batista Independente, a partir dos ensinamentos postulados por John Ongman, fundador da Missão de Örebro (Suécia), adota essa mesma linha doutrinária, conforme consta dos “Princípios da nossa Fé”. Nesse manual lemos:

“O batismo com o Espírito Santo é uma experiência perfeitamente normal na vida cristã e sumamente importante (At 1.4-8). É uma experiência para todos os salvos, como indicam claramente as seguintes passagens: Lucas 24.49; Atos 2.4; 8.15-17; 10.44-46; 19.2-6; 1 Coríntios 12.13; Hebreus 2.4, sendo uma experiência definida, da qual cada crente pode ter certeza. Trata-se de uma operação do Espírito Santo, inclusive buscando os dons espirituais – que devem ser usados para o seu próprio fortalecimento espiritual e, principalmente, para a edificação de toda a Igreja (Ef 5.18; 1Co 12.4-11; 14. 1-40). E especificamente com relação ao dom de línguas – assunto ainda hoje tão polêmico – por causa da questão se é ou não a evidência do batismo no Espírito Santo –, nossa linha doutrinária não reconhece esse dom em tal posição. Basta citar o texto de 1 Coríntios 12, 29-30.

Além da expressão batismo com o Espírito Santo, o Novo Testamento usa outras figuras para referir-se à mesma experiência, tais como: “ser ungido” 1 Co 1.21; “beber do Espírito”, Jo 7.37-39; 1Co 12.13; “receber virtude ao vir” o Espírito Santo e “vinda” do Espírito sobre as pessoas, At 1.8; o Espírito Santo “caiu”, At.11.15 (19ª Ed. p. 20).

Com respeito à afirmação de alguns, de que o falar em línguas estranhas é a evidência do batismo no Espírito Santo, não se pode dizer que tal afirmação tenha suficiente base bíblica. Sobre o assunto escreveu o Pastor José Tomaz R. Lima em seu livreto “Os Dons do Espírito”:

Sendo um assunto bastante polêmico, ainda em nossos dias, convém observar a respeito desse dom:

- Nem todos falam em línguas (1Co 12.20-30);
- É um dom concedido pelo Espírito Santo, especialmente para edificação pessoal (1Co 14.1-4);
- Sendo um dom do Espírito, ninguém pode ensinar uma pessoa a falar em línguas, através de repetições de palavras, como aqui e ali às vezes é praticado por alguns pregadores. “É o Espírito Santo que confere a cada um o dom que lhe aprover” (LIMA, 2014).

Com certeza, pode-se dizer que a experiência de ser cheio do Espírito Santo, como no livro de Atos, resulta numa capacitação sobrenatural, podendo haver manifestação de diversos dons miraculosos, inclusive o de falar em línguas.

2.6 A blasfêmia contra o Espírito Santo ou o pecado imperdoável

Queremos dizer uma palavra sobre uma inquietante questão, que sempre é levantada no estudo desta doutrina: o que é a blasfêmia contra o Espírito Santo, ou o pecado imperdoável? Fomos atrás de uma resposta sucinta e bem elaborada à esta pergunta, e a encontramos no site do “gotquestions”, cujo linck colocaremos na bibliografia do final do texto.

A questão da “blasfêmia contra o Espírito” no Novo Testamento é mencionada em Marcos 3:22-30 e Mateus 12:22-32. O termo blasfêmia pode ser geralmente definido como “irreverência desafiante”. Aplicaríamos o termo a pecados como amaldiçoar a Deus, ou, propositadamente, degradar coisas relativas a Deus. Também o é atribuir mal a Deus, ou negar atribuir-lhe algum bem devido. Este caso de blasfêmia, entretanto, é específico, chamado de “A Blasfêmia contra o Espírito Santo” em Mateus 12.31. Em Mateus 12.31-32, os Fariseus, tendo testemunhado provas irrefutáveis que

Jesus fazia milagres no poder do Espírito Santo, afirmaram que, ao contrário, o Senhor estava possuído pelo demônio “Belzebu” (Mateus 12:24). Note que em Marcos 3.30 Jesus é muito específico a respeito do que exatamente eles fizeram para cometer a “blasfêmia contra o Espírito Santo”.

Esta blasfêmia tem a ver com alguém acusando Jesus Cristo de ser possuído por demônios ao invés de estar cheio do Espírito. Há outras maneiras de blasfemar contra o Espírito Santo, mas esta foi “A” blasfêmia imperdoável”. Como resultado, a blasfêmia contra o Espírito Santo não pode acontecer hoje. Jesus Cristo não está sobre a terra, mas assentado ao lado direito de Deus. Ninguém pode testemunhar que Jesus Cristo esteja fazendo um milagre e atribuir este poder a Satanás ao invés do Espírito. Apesar de não haver blasfêmia contra o Espírito Santo hoje, nos termos literais como registrada na época de Jesus, devemos sempre lembrar que há um estado de existência imperdoável: o estado de incredulidade. Não há perdão para alguém que morre em incredulidade.

REFERÊNCIAS

Batismo no Espírito Santo.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Batismo_no_Esp%C3%ADrito_Santo>> acessado em 17/11/2014.

CONCEIÇÃO, Eurípides da. **Soteriologia**: uma abordagem Teológica sobre a obra da salvação. Rio de Janeiro: STPRJ, 2000. <<Monergismo.com>> acessado em 13/03/2010.

CONNER, Walter Thomas. Revelação e Deus. Rio de Janeiro: Juerp, 1979.

ERICKSON, Millard J. **Introdução à Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

GEISLER, Norman. **Teologia Sistemática**: Pecado, salvação e a igreja nos últimos dias. 1ªed. Rio de Janeiro: CPAD, 2012.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

LANGSTON, A. B. **Esboço de Teologia sistemática**. Rio de Janeiro: Juerp, 1983.

LIMA, José Tomaz R. **Os dons do Espírito**. 2014.

MARIANO, Wellington. O que é Teologia Arminiana? São Paulo: Reflexão, 2015.

NASCIMENTO, Valmir. **Graça Preveniente**: Um estudo sobre o gracioso agir de Deus para a salvação humana. 1ª ed. São Paulo: Reflexão, 2016.

O que é a blasfêmia contra o Espírito Santo?

<<<http://www.gotquestions.org/Portugues/blasfemia-Espirito-Santo.html#ixzz3JTcDSBlq>>> acessado em 18/11/2014.

RODRIGUES, Zwinglio. **Graça Resistível**. 1ª ed. São Paulo: Reflexão, 2016

SCHNEIDER, Theodor (Org.). **Manual de Dogmática**, vol. I e II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.